PEDEPES

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

DETERMINAÇÃO DE OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

AMRS
Associação de Municípios da Região de Setúbal

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

– Determinação de Objectivos Específicos –

Outubro 2000

Sumário

I – INTRODUÇÃO 4

II. SECTORES ECONÓMICOS 9

1. Reflexões para a definição de um Modelo Global de Desenvolvimento Estratégico da Península de Setúbal 9

2. Análise SWOT da Península de Setúbal 10

2.1. Oportunidades 10

2.2. Ameaças 11

2.3. Forças 11

2.4. Fraquezas 13

3. Orientações, Linhas de Acção e Objectivos Estratégicos 14

III - INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS 20

A – ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES 20

1. Enquadramento 20

2. Objectivos específicos 21

2.1. Nível Internacional 22

2.2. Nível Regional 23

2.3. Nível Local 23

B – SANEAMENTO 25

1. Introdução 25

2. Águas de Abastecimento 25

3. Águas Residuais 27

4. Resíduos Sólidos Urbanos 29

5. Conclusão 32

IV. AMBIENTE 33

1. Objectivo Estruturante 33

2. Objectivos Gerais **34**

3. Objecticos Específicos **44**

3.1. Água 44

3.2. Património Natural, Paisagem (natural, semi-natural, rural e urbana) e Solo 47

3.3. Ar 49

4. Conclusão **51**

V. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO **52**

1. Os Objectivos **52**

2. As Condicionantes **54**

3. As Vantagens **56**

VI – QUESTÕES URBANAS **60**

1. Reflexões para a definição de um modelo global de desenvolvimento estratégico **60**

2. Objectivos **62**

2.1. Nível Internacional/Nacional 63

2.2. Nível Regional/Metropolitano 65

2.3. Nível Municipal/Local 67

3. Vantagens e desvantagens **69**

VII – QUESTÕES SOCIAIS E CULTURAIS **72**

1. Definição dos objectivos gerais e específicos na área das questões sociais **72**

1.1. Objectivos Gerais no âmbito da coesão social para o Plano Estratégico da Península de Setúbal 74

1.2. Objectivos Específicos no âmbito da Acção Social para o Plano Estratégico da Península de Setúbal 74

2. Grelha síntese de objectivos no âmbito da coesão social **87**

2.1. Objectivos Gerais no âmbito da coesão social: 87

2.2. Objectivos Específicos por área temática: 88

I – INTRODUÇÃO

1. O presente relatório de explicitação de objectivos específicos vem no seguimento do diagnóstico prospectivo já realizado e dá cumprimento à programação estabelecida para a elaboração do "Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal". Encontrando-nos ainda na Fase I da elaboração do Plano, esta explicitação de objectivos específicos tem ainda um carácter provisório, que se irá progressivamente consolidando através das duas iterações previstas para a afectação de instrumentos a objectivos, e do prosseguimento dos contactos com os mais variados agentes económicos, sociais e culturais da Península de Setúbal (PS), de que os "cafés da manhã" são um feliz exemplo.

Recorde-se que o Plano tem objectivos gerais e objectivos específicos. Os objectivos gerais foram fornecidos à equipa técnica pela AMDS, e são os seguintes:

a) Integração da Península de Setúbal nos espaços regionais, nacionais e internacionais, valorizando a coesão e identidade regional.

b) Diversificação, modernização e expansão das actividades económicas.

c) Fomento do emprego, melhoria das qualificações profissionais e das condições de trabalho.

d) Promoção do ordenamento do território, da defesa do ambiente, da valorização do património histórico e cultural e da qualidade de vida dos cidadãos.

e) Diminuição das desigualdades e promoção da integração social.

Os objectivos específicos "desenvolverão de forma articulada e coerente os objectivos gerais, tendo em conta o diagnóstico realizado e os debates realizados com

as entidades envolvidas. Deverão explicitar, sempre que existam, os correspondentes desenvolvimentos sectoriais e territoriais".

2. A elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES) tem implícitas algumas hipóteses e deve reger-se por alguns princípios, de que se destacam:

- Existe uma realidade que se chama "Península de Setúbal", com alguma homogeneidade em termos de problemas económicos, sociais e culturais e a distingue de outras zonas da Área Metropolitana de Lisboa ou da Região de Lisboa e Vale do Tejo.
- Tal homogeneidade não exclui situações diferenciadas no seu seio, que terão de ser devidamente consideradas.
- Os agentes representativos da região têm consciência dessa realidade e estão dispostos a coordenar a sua acção tendo em vista o desenvolvimento da Península de Setúbal. A decisão da Associação de Municípios de mandar elaborar o PEDEPES parece uma manifestação inequívoca de tal desiderato.
- O PEDEPES, com um horizonte temporal de 10 anos, não pode e não deve ser conflituante com outros planos já existentes, de horizonte temporal igual ou inferior, aprovados ou em vias de aprovação e que englobam a Península de Setúbal. Estão neste caso o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES 2000-2006) que serve de base ao III Quadro Comunitário de Apoio (QCA); o Plano Estratégico para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo; o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML); e finalmente o Plano Operacional para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT 2000-2006), que é o instrumento fundamental de

enquadramento dos investimentos nesta região, no que se refere ao III QCA.

3. É sabido que os planos enquadradores referidos no ponto anterior raramente singularizam a Península de Setúbal, normalmente considerada como a "margem sul" da Grande Lisboa, ou o lado Sul da Área Metropolitana de Lisboa, não merecendo tratamento diferenciado, como por exemplo o Oeste ou o Vale do Tejo. Considerada como fortemente ligada à grande metrópole lisboeta, parece subjacente a esses planos que o desenvolvimento da PS se fará como consequência natural do desenvolvimento globalmente planeado para a Região de Lisboa e Vale do Tejo ou para a Área Metropolitana de Lisboa. Isto não quer dizer que não estejam contemplados os mais variados investimentos dentro do território da Península de Setúbal, seja em vias de comunicação, em centros de armazenagem e logística, etc., só que não enquadrados dentro do envelope da Península de Setúbal.

A elaboração deste Plano pode ser uma achega para que essa individualização possa vir a ser feita no futuro, se se demonstrar que daí decorrem vantagens em termos do desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa e do País (p.ex.. em termos de uma maior eficácia no planeamento e na execução de medidas de política). Como é óbvio, são de excluir quaisquer "regionalismos" estéreis e sem sentido.

4. Na redacção deste primeiro ensaio de determinação dos objectivos específicos para o desenvolvimento estratégico da Península de Setúbal tomaram-se em conta todos os planos enquadradores atrás referidos. Recorde-se que o objectivo global para a RLVT é de "Transformar Lisboa e Vale do Tejo numa região euro-atlântica de excelência, singular e competitiva no sistema das regiões europeias, num território de elevada qualidade ambiental e patrimonial, numa plataforma de intermediação nacional e internacional, com actividades de perfil tecnológico avançado, numa terra de encontro, de tolerância e de igualdade de oportunidades." Objectivo este que está em

estreita ligação com o grande objectivo de "estruturar e consolidar em Portugal uma primeira frente atlântica europeia, adquirindo uma nova centralidade na relação da Europa com a economia global".

Os três eixos estratégicos que suportam esse objectivo global são:

- Impulsionar um novo modelo de desenvolvimento, consolidando novos factores competitivos centrados na qualidade do território, das pessoas e das organizações.
- Desenvolver funções singulares e relevantes no espaço europeu.
- Reforçar a presença nas redes globais de comunicações (informação, comunicações, transportes, comércio e investimento).

Por último, refira-se que o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem como objectivo global "a qualificação do território, das pessoas e das organizações".

5. A PS deve assumir naturalmente esses objectivos e ao mesmo tempo tentar diminuir (eliminar?) o fosso que a separa da Região da Grande Lisboa nos mais variados indicadores sócio-económicos que foram enunciados no diagnóstico prospectivo, e tornar-se numa região mais competitiva, com vida própria, com capacidade endógena de crescimento, e menos sujeita aos enormes sacrifícios que os períodos de recessão lhe têm imposto.

Essa competitividade deverá ser entendida como um objectivo transversal que converge na ambição mais geral de promover um novo modelo regional de desenvolvimento sustentado, que se deverá apoiar nos seguintes 4 componentes/ eixos estratégicos:

- *Território*, domínio onde se impõe promover a qualidade funcional, a coesão interna, e a articulação externa. Para que o território da região

constitua o suporte da competitividade económica e uma alavanca da coesão social é necessário que ele apresente qualidade para se viver, para se trabalhar e para se usufruir do prazer do lazer.

- *Tecido Social*, onde importa assegurar a coesão social e a cidadania activa, ambas suportadas por boas condições materiais e culturais de vida.
- *Tecido Empresarial***,** cujo dinamismo haverá que reforçar, tendo em vista a internacionalização da economia regional e a densificação das relações em rede dos agentes económicos locais, requisito indispensável ao sucesso da aposta na internacionalização.
- *Sistema de Conhecimento*. Actualmente, ser competitivo é saber valorizar o conhecimento, promover a inovação e a qualificação dos recursos humanos. Por conseguinte, este é um dos desafios que se coloca à Península de Setúbal.

A Península de Setúbal pode e deve vir a desempenhar um papel de maior relevo na Área Metropolitana de Lisboa, no País e mesmo a nível internacional. Deve ser dada uma especial atenção ao ambiente, à requalificação urbanística e à política de gestão de solos, ao ordenamento do território e à coesão territorial, para que seja uma região de qualidade capaz de atrair e de formar recursos humanos e empresariais de qualidade.

6. Mantendo a estrutura do diagnóstico prospectivo, os capítulos seguintes enumeram os objectivos específicos associados aos sectores económicos, acessibilidades e saneamento básico, ambiente, inovação e desenvolvimento tecnológico, questões urbanas e questões sociais.

II. SECTORES ECONÓMICOS

1. Reflexões para a definição de um Modelo Global de Desenvolvimento Estratégico da Península de Setúbal

Este novo relatório, surgido na sequência do diagnóstico prospectivo realizado, apresenta um conjunto de breves reflexões[1] acerca do modelo global, a definir, de desenvolvimento estratégico da Península de Setúbal (PS), no que à dinamização das actividades económicas diz respeito.

Começa-se, em primeiro lugar, por elencar neste domínio algumas das forças e fraquezas específicas relativas da região, que poderão promover ou, pelo contrário, tolher a sua capacidade de ajustamento estrutural competitivo e a renovação sustentada do seu perfil de especialização sectorial; bem como as oportunidades e ameaças que decorrem da sua posição geográfica central no contexto do nosso país e do eixo, crescentemente relevante, Lisboa-Madrid, e da evolução da sua envolvente, marcada, no essencial, pela consolidação do processo de globalização, nas suas múltiplas dimensões, e pelo aprofundamento e alargamento graduais da União Europeia.

Face ao quadro traçado de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas da PS, define-se, em seguida, um conjunto de orientações, linhas de acção e objectivos estratégicos para o desenvolvimento estrutural da região no seu todo, que permitam um máximo aproveitamento das oportunidades detectadas e uma fuga às ameaças associadas, pelo reforço dos seus pontos fortes e minimização das suas fraquezas, consubstanciando um verdadeiro e sustentado ajustamento competitivo da PS.

[1] Este documento tem como objectivo suscitar a discussão com a massa crítica da região, não pretendendo, de modo algum, apresentar conclusões definitivas e incontestáveis, devidamente fundamentadas nas suas múltiplas vertentes, sobre as questões aqui tratadas.

2. Análise SWOT da Península de Setúbal

2.1. Oportunidades

- Implementação do 3º QCA, sobretudo pela discriminação positiva introduzida relativamente à Grande Lisboa;
- Aproveitamento efectivo e sustentável das potencialidades turísticas, não só em termos da orla costeira, como também dos parques naturais, como eixo de valorização da Península de Setúbal;
- Possibilidade de funcionar como intermediador na relação entre Lisboa e o Sul do país, por um lado, e entre Lisboa e Madrid, por outro;
- Progressos nas acessibilidades;
- Desenvolvimento de certos factores chave de atracção e manutenção da localização de actividades económicas, concedendo, nomeadamente, relevo às infra-estruturas de difusão de informação, conhecimento e de tecnologias e de serviços de suporte e à obtenção de ganhos de competitividade pela aposta estratégica em novas formas de gestão, organização e logística, geradoras de maior valor acrescentado pela via da sustentação da qualidade, inovação e diferenciação da oferta e de uma capacidade de resposta rápida ao mercado, no quadro de cadeias de valor das actividades económicas mais alargadas;
- Novas oportunidades decorrentes do surgimento de um potencial novo projecto de IDE estruturante na PS ligado ao sector automóvel (aproveitamento da Sodia);
- Cooperação empresarial e com as infra-estruturas de suporte às actividades económicas;
- Globalização e dinamismo, actual e potencial, da indústria automóvel.

2.2. Ameaças

- Risco de desindustrialização continuada nos sectores de especialização tradicional (siderurgia, construção e reparação naval, entre outros), não obstante as oportunidades de negócio existentes neste domínio, e risco de perda das novas actividades económicas;
- Risco de deslocalização das actividades económicas, nomeadamente no que à fileira automóvel diz respeito (incluindo aqui o projecto Autoeuropa), na sequência do aparecimento de novos concorrentes, nomeadamente no que à atracção de IDE estruturante diz respeito, na Europa Central e de Leste (Polónia, República Checa, Hungria, etc.) e na Ásia;
- Dualismo económico, com os sectores de especialização tradicional a afundarem-se e as novas actividades a revelarem dificuldades em dialogarem com o que já existia;
- Lógica de dormitório pouco qualificado, em que a construção desordenada e de fraca qualidade predomina, na origem de centros de consumo sem o dinamismo e sofisticação necessários à emergência de um sector terciário competitivo e inovador;
- Risco da crise no sector industrial arrastar a crise no terciário e esta, por sua vez, a crise global;
- Degradação dos recursos ambientais e da qualidade do espaço.

2.3. Forças

- Tradição industrial de certa forma diversificada e qualificada;
- Investimento directo estrangeiro com alguma incorporação de tecnologias e competências, que atraiu para a região vários novos fornecedores de

peças, componentes, etc., nacionais e estrangeiros, na sequência da fraca ligação ao que já existia;

- Demarcação da PS em relação ao espaço nacional pela sobre especialização relativa nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala e de gama e da diferenciação do produto como factores chave de competitividade revelando, pelo contrário, uma sub especialização nas indústrias que aproveitam vantagens comparativas de curto prazo associadas ao baixo custo relativo do factor trabalho;
- Orientação exportadora superior à média nacional, decorrente do peso da fileira automóvel na região;
- Níveis globais de produtividade do trabalho, capital e materiais superiores à média nacional;
- Elevadas produtividades agrícolas, superiores à média nacional, associadas, em termos relativos, à elevada dimensão das explorações agrícolas do interior da região e ao tipo de culturas que aí se praticam;
- Riqueza e diversidade do património natural, histórico e arquitectónico, potencial turístico e de lazer, embora com limites que resultam do desordenamento do território;
- Pesca/Aquacultura/Agricultura tradicional;
- Centralidade nacional, proximidade do aeroporto internacional e portos comerciais;
- Proximidade da metrópole de Lisboa;
- Qualificação profissional em termos relativos.

2.4. Fraquezas

- Predomínio de uma especialização centrada nas tarefas da fabricação, descurando-se, de alguma maneira, os aspectos associados à concepção e desenvolvimento de novos processos e produtos, tecnologia, distribuição e comercialização, em cadeias de valor das actividades económicas relativamente pouco enriquecidas;
- Fraca interacção empresarial;
- Interligação débil entre as infra-estruturas de suporte às actividades económicas, ensino superior e politécnico e tecido empresarial;
- Insuficiência de instituições com oferta de ensino superior;
- Aposta insuficiente no ensino profissional;
- Estagnação no IDE estruturante;
- Património ambiental que começa a revelar um apreciável estado de degradação, não obstante a sua riqueza, e desordenamento territorial, resultando no tradicional subaproveitamento das actividades e oportunidades turísticas;
- Insuficiente dinamismo e sofisticação das realidades urbanas, traduzidos, entre outras coisas, numa oferta cultural pouco competitiva, descurando-se, em particular, alguns aspectos fundamentais da sua divulgação e da preservação do património histórico e cultural, num parque habitacional deteriorado e desordenado e num sector terciário pouco qualificado e sofisticado;
- Limitações significativas e congestionamento na circulação interna;
- Problemas de coesão económica e social.

3. Orientações, Linhas de Acção e Objectivos Estratégicos

Qualquer modelo global de desenvolvimento estratégico da Península de Setúbal terá que passar por uma afirmação competitiva da região no seio da Área Metropolitana de Lisboa a que pertence, como pólo urbano e económico autónomo, detentor da sua própria identidade regional, valorizando-se nomeadamente os seus recursos endógenos, a sua centralidade e o seu potencial papel de agente de intermediação na ligação de Lisboa ao Sul do país, por um lado, e no eixo, crescentemente relevante num contexto de progressiva integração ibérica, de Lisboa a Madrid, por outro.

Os objectivos estratégicos do modelo a definir deverão ser, no essencial, os seguintes:

- Valorização dos recursos endógenos
- Reconfiguração do perfil de especialização sectorial, favorecendo a emergência e desenvolvimento de novos *clusters* de actividades e o ajustamento estrutural dos já existentes
- Melhoria do nível de vida das populações

Como suas questões chave, emergem os seguintes desafios:

- A transformação da especialização sectorial e, em concomitância, do ordenamento do território;
- A informação, participação activa e concertação entre todos os agentes relevantes representativos dos interesses da região;
- O reforço da sociedade civil;
- A concentração e enriquecimento de um número muito significativo de actividades de suporte para dinamizar os pólos industriais existentes em articulação com o reordenamento do arco ribeirinho (novas estruturas de

descentralização do que existe na margem Norte do Tejo - unidades com pólos científicos e técnicos);

- A ligação do sistema de ensino e de formação profissional, das infra-estruturas científicas e tecnológicas e de todos os outros serviços de suporte às actividades económicas ao tecido empresarial;
- Potenciar os efeitos de arrastamento do IDE estruturante, não só em termos de fluxos produtivos gerados, como também ao nível da formação, competências, capacidades tecnológicas e *know-how*;
- Apoio à criação de PME que explorem novos factores competitivos e competências existentes na região, no quadro de uma aposta sustentada na qualidade, inovação e diferenciação e da capacidade de resposta rápida da oferta;
- Coordenação das políticas sectoriais ao nível regional;
- Potenciar a atractividade da região, melhorando a sua relação com o meio ambiente, as acessibilidades e a qualidade e sofisticação da vida urbana.

Especial atenção irá ser dada ao primeiro grande desafio apontado, o da reconfiguração e diversificação do perfil de especialização produtiva. Este deverá englobar as seguintes transformações:

1. **Alargamento da cadeia de valor nas fileiras automóvel/material de transporte e turismo/lazer**

   O Turismo/Lazer, tendo em conta a panóplia de recursos da região (que englobam o binómio sol-praia, golfe, paisagem, património cultural e arqueológico, gastronomia, eventos desportivos, entre outros), constitui, sem dúvida, um eixo estratégico a desenvolver, apesar de ainda se encontrar numa fase incipiente, com constrangimentos a ultrapassar, o que

gera um sentimento de existência de recursos turísticos, mas de escassez de "produtos turísticos".

Neste sentido, a orientação estratégica de desenvolvimento do sector turístico na PS pode passar pela aposta na construção de um sector diversificado, gerador de valor, de modo a impulsionar actividades quer a montante, quer a jusante do turismo, e dirigido a nichos de mercado exigentes e sofisticados por oposição ao turismo massificado e de baixo valor acrescentado, valorizando, por exemplo, o espaço naútico, o turismo de habitação, o turismo ambiental e cultural, a criação de uma simbiose entre o habitante local e o turista por via das pousadas, apostando nas actividades de lazer, de forma a evitar a sazonalidade inerente ao binómio sol-praia.

Não queremos com isto dizer que o sol-praia deixou de ser importante; deve-se, contudo, apostar na promoção deste produto evitando a lógica tradicional de massificação, complementando-o com a criação de novos produtos turísticos alicerçados nos restantes recursos disponíveis.

A promoção dos produtos turísticos deve assentar não só, e obviamente, na preservação natural dos recursos, na superação da desorganização do espaço florestal, na ultrapassagem dos desordenamentos territoriais e na salvaguarda da identidade da paisagem, assegurando uma integração harmoniosa entre os espaços agrícolas, industriais, florestais e turísticos, como também no aproveitamento da proximidade a Lisboa, no sentido de uma aposta forte e sustentada no mercado interno, uma vez que o papel da "segunda habitação" pode assumir uma importância considerável, desde que proporcionando produtos turísticos nos quais a metrópole de Lisboa se encontra insuficientemente dotada.

Neste ponto, haverá que salientar a necessidade de se promover um reordenamento substancial da actividade industrial, concentrando-a nos diversos parques industriais existentes, desde que devidamente qualificados para o efeito, favorecendo-se, com isso, o ordenamento global deste território, a qualificação da vida urbana e a dinamização e sofisticação do sector terciário.

A articulação do turismo com as políticas de ordenamento do território, a aposta na formação, a cooperação entre entidades públicas e privadas e o desenvolvimento empresarial poder-se-ão assumir como vectores chave da qualificação, diferenciação e marketing do turismo na PS.

Na fileira automóvel, torna-se cada vez mais relevante que as empresas fabricantes de componentes ascendam na cadeia de valor destas actividades, de forma a posicionarem-se, crescentemente, como fornecedores de primeira linha de sistemas, subsistemas e módulos complexos e integrados de componentes, acompanhando de perto os movimentos estratégicos de globalização dos grandes fabricantes, na exacta medida da sua forte e crescente interacção com estes, e a terem uma intervenção efectiva nos próprios processos de concepção e design dos modelos e de fabricação dos automóveis, alargando deste modo o perfil das suas competências.

A obtenção de níveis superiores de flexibilidade e de capacidade de resposta tornam-se impreteríveis para acompanhar o processo de *just in time* imposto. Torna-se crucial para o sector o desenvolvimento de capacidades tecnológicas e uma aposta na especialização da mão de obra, e, assim sendo, face às carências de pessoal técnico especializado sentidas nas oficinas de reparação, seria importante valorizar a criação de uma maior interligação entre o ensino tecnológico/técnico e o meio

empresarial, assegurando a formação de competências técnicas específicas necessárias à indústria automóvel.

2. **Ascensão na cadeia de valor no "cluster" florestal,** contemplando uma integração crescente pasta/papel, um maior dinamismo nas exportações de derivados de madeira e cortiça, nomeadamente de produtos de maior complexidade, associado à relocalização de algumas das principais unidades do sector corticeiro, e o desenvolvimento dos serviços de suporte destas actividades

3. **Aproveitamento da experiência acumulada nas fileiras metálica**, nomeadamente com a actividade da siderurgia, e **automóvel**, **enriquecendo-a o desenvolvimento competitivo da fileira eléctrica/electrónica, para afirmar e consolidar as indústrias de componentes para automóveis e de bens de equipamento/intermédios**

4. **Afirmação competitiva da Península de Setúbal no contexto nacional na área da indústria do ambiente ligada à reciclagem e tratamento de resíduos e sucatas**, decorrentes designadamente de processos de reconversão industrial

5. **Reforço continuado e competitivo das produções agrícolas específicas e ecologicamente sustentáveis** (vinhos, horto fruticultura, olivicultura, floricultura, carne de raças autóctones, lacticínios)

6. **Consolidação do sector pesqueiro**, ultrapassando as vulnerabilidades existentes a jusante, ao nível da colocação dos produtos nos mercados e da insuficiente ligação à indústria transformadora; a montante, em termos da qualidade das águas costeiras e, sobretudo, dos estuários e da preservação do pescado, e em termos de apetrechamento técnico, e aproveitando as oportunidades decorrentes do desenvolvimento da aquacultura

7. **Gestão articulada dos portos de Lisboa, Setúbal e Sines** com autonomia e objectivos próprios, e aproveitamento da capacidade disponível de movimento a nível dos tráfegos ***roll-on*** **e** ***roll-off***, com cerca de 87% do movimento nacional

8. **Dinamização de actividades geradoras de empregos**, nomeadamente nas áreas dos **serviços às empresas** (financeiros, informáticos, comunicação e imagem, formação, etc.), dos **serviços às famílias** (educação e formação, cultura, saúde, comunicações e audiovisuais, financeiros, viagens e entretenimento, de apoio à vida doméstica, etc.) e dos **serviços de gestão ambiental**.

III - INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS

A – ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

1. Enquadramento

O modelo de crescimento proposto pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 pretende transformar a posição periférica de Portugal em relação à Europa numa vantagem comparativa no quadro de relacionamento entre a Europa e o Mundo, pretendendo-se que o território assuma uma nova centralidade no movimento de bens e pessoas.

Nesta medida, é assumida a meta de concluir durante os próximos anos a infra-estruturação básica do território nacional, colmatando atrasos e carências, entre as quais:

- Conclusão da rede rodoviária fundamental e de grande parte da rede complementar;
- Renovação e modernização da rede ferroviária (programas consolidados);
- Ampliação, equipamento e ligação rodo e ferroviária dos 5 principais portos (Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines) e de portos secundários (Viana do Castelo e Figueira da Foz);
- Fecho das malhas rodoviárias e ferroviárias nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Adicionalmente, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social aponta para um maior investimento relativo no modo ferroviário e uma crescente atenção aos aspectos de articulação, organização, gestão, regulação e fiscalização de cada subsistema de transportes.

Os principais desafios assumidos para os próximos seis anos podem ser resumidos da seguinte forma:

- Integração internacional do País, em particular no Espaço Europeu e Ibérico e Integração da Economia nos Processos de Globalização, onde uma das principais componentes prioritárias é constituída pelo sistema portuário Lisboa/Setúbal/Sines;
- Reforço do Sistema Urbano Nacional e sua capacidade atractiva e competitiva, o qual passa por completar e operacionalizar o corredor Norte-Sul e os eixos transversais, onde se inclui Lisboa/Évora/Elvas/Caia, bem como a requalificação da rede ferroviária nacional, com especial ênfase nas ligações Norte-Sul em território nacional e com ligação à rede espanhola. Adicionalmente, é afirmado o desafio de desenvolver e operacionalizar as articulações intermodais e placas logísticas, quer na sua relação com as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, quer na relação com o sistema urbano;
- Reforço da coesão e solidariedade internas, designadamente através de uma melhor articulação entre as infra-estruturas de transportes com importância estruturante do território nacional e/ou de inserção internacional com os sistemas de transportes locais, bem como o apoio financeiro às autarquias para a melhoria destes sistemas e infra-estruturas de âmbito local;
- Uma aposta prioritária na logística, designadamente através da associação e concentração de operadores de transporte combinado de mercadorias.

2. Objectivos específicos

A integração da Península de Setúbal nos espaços regionais, nacionais e internacionais, valorizando a coesão e identidade regional, e a promoção do

ordenamento do território e da qualidade de vida dos cidadãos, constituem os principais objectivos gerais do Plano a que estão associadas directa ou indirectamente as questões mais relevantes no domínio das acessibilidades internas e externas da Península de Setúbal.

Os objectivos estratégicos assumidos no PNDES, com a correspondente tradução em programas no sector dos transportes e acessibilidades e em acções (em curso ou programadas) para a Península de Setúbal constituem a referência de enquadramento para os objectivos específicos que em seguida se enumeram, em função dos diferentes níveis geográficos de intervenção.

Embora de âmbitos temporais de concretização diferenciados estes objectivos procuram traduzir e integrar as diferentes componentes do sistema de transportes da Península de Setúbal contribuindo de uma forma integrada para a desejável melhoria do funcionamento do sistema.

2.1. Nível Internacional

a) Assegurar a articulação dos diferentes projectos de infra-estruturas portuárias, ferroviárias, rodoviárias e aeroportuárias de grande capacidade previstas para a Área Metropolitana de Lisboa;

b) Promover uma maior especialização funcional das várias plataformas portuárias numa perspectiva de complementaridade entre os Portos de Lisboa e Setúbal, promovendo o conceito dum Porto da Área Metropolitana de Lisboa associado a uma localização diferenciada das infra-estruturas portuárias.

c) Resolver os actuais estrangulamentos de acessibilidade rodoviária aos portos da Península de Setúbal (Porto Brandão, Trafaria, Banática e Setúbal);

d) Assegurar boas ligações rodoviárias e ferroviárias da Península de Setúbal ao novo aeroporto da OTA, nomeadamente através da conclusão dos itinerários complementares ainda em falta e da 3ª Travessia do Tejo;

e) Promover a criação de plataformas logísticas integradas no Sistema Logístico Nacional.

2.2. Nível Regional

a) Promover a utilização dos transportes colectivos, garantindo um bom standard de qualidade em todos os modos de transporte utilizados, a integração tarifária entre os diferentes modos, bem como uma maior diversificação modal;

b) Promover a melhoria das ligações à Margem Norte e das acessibilidades no Arco Ribeirinho;

c) Melhorar a articulação do arco ribeirinho com Setúbal;

d) Melhorar a acessibilidade às áreas de lazer e pontos de interesse turístico, designadamente à Frente Atlântica (entre a Costa da Caparica e o Cabo Espichel), ao Parque Natural da Arrábida e à Península de Tróia, dando preferência a soluções intermodais ambientalmente mais sustentáveis;

2.3. Nível Local

a) Promover a oferta e utilização de um serviço único de transportes colectivos para os subsistemas Setúbal/Palmela e Montijo/Alcochete;

b) Promover a oferta e utilização de um serviço de transportes colectivos urbanos nos principais centros (Barreiro/Baixa da Banheira e Almada/Laranjeiro/Pragal);

c) Promover a integração funcional e tarifária entre os operadores dos vários centros urbanos e dos serviços suburbanos;

d) Melhorar o ambiente urbano das áreas centrais dos principais aglomerados, promovendo a resolução dos problemas de ordenamento da circulação e estacionamento.

B – SANEAMENTO

1. Introdução

Caracterizada a situação actual da Península de Setúbal, em termos do Saneamento Básico no relatório de Diagnóstico Prospectivo, no presente salientam-se os objectivos específicos a alcançar.

Estes objectivos são consentâneos com os estabelecidos em Planos superiores, nomeadamente com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa - PROT-AML.

Os instrumentos a afectar, como orientações para pôr em prática os objectivos seguidamente descritos, serão explicitados em fase posterior deste Plano.

2. Águas de Abastecimento

Apesar da situação existente na região da Península de Setúbal ser bastante satisfatória no que diz respeito ao grau de cobertura das populações com sistemas de distribuição de água, existem situações críticas, em termos da qualidade do serviço, das quais se salientam:

- qualidade da água servida às populações;
- fiabilidade e segurança de fornecimento;
- rendimento dos sistemas de abastecimento.

O incremento qualitativo do nível de atendimento passará por melhorar os aspectos atrás referidos (qualidade, fiabilidade, segurança e rendimento dos sistemas de abastecimento).

O grande objectivo será o de elevar os níveis de atendimento das populações, por sistemas de abastecimento de água, para valores próximos dos 95%, que deverá

ser acompanhado pela sensibilização dos consumidores para o valor da água distribuída e para a necessidade da sua utilização racional.

Para que este objectivo seja alcançado há que efectuar as seguintes reabilitações e melhorias:

- origens de água adicionais, de forma a reduzir o risco dos sistemas em termos de poluição e avarias;
- garantia da quantidade, preservação e promoção da qualidade da água nas origens;
- adequação e/ou recuperação de estações de tratamento, de modo a serem satisfeitas as exigências de qualidade fixadas nos diplomas legais;
- melhoria dos sistemas de adução, armazenamento e distribuição, para que a água a distribuir não seja contaminada;
- melhoria dos sistemas de monitorização e controlo da qualidade da água nos sistemas de abastecimento, desde a produção até à distribuição;
- redução das perdas de água em sistemas de distribuição e, concomitantemente, em muitos casos, substituição de canalizações degradadas, que afectam a fluidez do abastecimento e agravam os custos energéticos e redução dos consumos não facturados;
- existência de planos de emergência, de modo a garantir os serviços mínimos dos sistemas de abastecimento de água ás populações.

É importante notar que o indicador "rendimento dos sistemas de abastecimento de água" está relacionado com as elevadas perdas de água e consumos não facturados, os quais englobam:

- fugas de água em cada um dos componentes do sistema;
- parcelas de água não recuperadas nos processos de tratamento;

- água retirada do sistema através de ligações clandestinas;
- água usada de forma legal, mas não sujeita a contagem.

Assim, para a redução de volumes não facturados, a estratégia passará por:

- eliminação sistemática de ligações clandestinas;
- instalação de ligações com contadores em pontos de abastecimento colectivo, em bairros degradados;
- instalação de ligações domiciliárias, naturalmente com contadores, na recuperação de bairros degradados;
- densificação da instalação de contadores em ramais de alimentação de usos públicos camarários.

Em resumo, para atingir o nível de atendimento, em sistemas de abastecimento de água, de 95%, há que promover a melhoria da qualidade do serviço prestado às populações; adoptar soluções integradas, sempre que estas se mostrem técnica, económica e ambientalmente mais vantajosas; implementar soluções empresariais de gestão dos sistemas e, por último, estabelecer tarifas equilibradas para os utentes destes serviços públicos.

3. Águas Residuais

Na caracterização da situação actual da Península de Setúbal, em termos de drenagem e tratamento de águas residuais, verificou-se grande falta de elementos para avaliar, quantitativa e qualitativamente, as descargas de águas residuais industriais. Esta avaliação é essencial para o estabelecimento de cenários credíveis.

De igual forma não existem elementos bibliográficos suficientes que permitam a identificação de redes de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, tornando a avaliação da adequabilidade dos sistemas limitada. Para a

execução dos estudos posteriores a este Plano é fundamental o levantamento actualizado deste tipo de infra-estruturas.

Como principal objectivo deste plano propõe-se o aumento dos níveis de atendimento em sistemas de drenagem e tratamento para valores próximos dos 90%.

O incremento dos níveis de atendimento e consequentemente a avaliação da qualidade do serviço, em cada um dos concelhos, terá de considerar:

- tipo de rede de drenagem;
- idade da rede;
- presença de águas residuais industriais;
- existência de ETAR;
- adequabilidade do grau de tratamento, sensibilidade do meio receptor e aos seus usos actuais e potenciais.

Desde já sabe-se que no que diz respeito aos processos de tratamento das águas residuais, estes carecem de uma reavaliação face à legislação que classifica de "Zona Sensível" os Esteiros da Margem Sul do Estuário do Tejo. Propõe-se a reavaliação destes sistemas cujas descargas, segundo o D.L. n.º 152/97, de 18 de Junho, deverão ser submetidas a tratamento terciário (remoção de nutrientes).

Para atingir o nível de atendimento, em sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, de 90% há que intervir nos factores referidos da seguinte forma:

- relativamente às redes de drenagem, há que promover a sua reabilitação e a transformação das redes de tipo unitário em tipo separativo;
- nos sistemas de tratamento, é vital a sua reabilitação, de forma a apresentar um funcionamento eficiente, para além da construção de novas estações de tratamento de águas residuais de características e capacidade técnica adequada;

- ainda em relação aos sistemas de tratamento, há que ampliar o grau de tratamento das ETAR em zonas sensíveis e ampliar o grau de tratamento, no mínimo para secundário, seguido de desinfecção, das ETAR em que se exijam níveis elevados de qualidade, em termos bacteriológicos;
- por último, foca-se a necessidade de implementar planos de emergência para garantir os serviços mínimos dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais às populações.

4. Resíduos Sólidos Urbanos

Uma gestão sustentável de resíduos só é possível se se proceder à criação de infra-estruturas que permitam a prevenção, reutilização e valorização dos resíduos produzidos, de modo a que a situação, a longo prazo, possa evoluir favoravelmente.

Com base na análise efectuada no Diagnóstico Prospectivo, ao nível da qualidade do serviço, verificam-se deficiências no que respeita às viaturas de recolha, principalmente no concelho do Barreiro, onde a frota tem cerca de 16 anos e no de Sesimbra, onde não existem viaturas de reserva.

Por outro lado, sabe-se que a instalação do processo de valorização do Sistema Municipal de Setúbal apresenta problemas de odores, tornando-se necessário melhorar a situação através da implementação de sistemas de desodorização do ar.

A nível de monitorização dos gases gerados nos aterros sanitários existentes na Península de Setúbal, não existem dados que permitam concluir que estas análises se realizam.

Por último, foca-se o facto das carências de pessoal serem um dos principais problemas referidos pela generalidade dos técnicos municipais, situação que necessita de intervenção.

Segundo o “Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos” (PERSU) as principais orientações são as seguintes:

- erradicação total das lixeiras;
- redução da produção de R.S.U.;
- reforço da recolha selectiva e reciclagem multimaterial;
- reforço da valorização orgânica e energética dos R.S.U.;
- implantação de soluções de destino final de resíduos inertes e não valorizáveis.

Também, face à directiva 1999/31/CE, de 26 de Abril de 1994 relativa à deposição dos resíduos em aterro, haverá necessidade de desviar o fluxo de resíduos ricos em matéria orgânica do aterro, devendo adequar-se os sistemas que assentam só neste tipo de tratamento completando-os com instalações de valorização orgânica. Com este objectivo há que implementar recolhas selectivas na origem, ampliar e incrementar os sistemas de recolha selectiva multimaterial já existentes, valorizar outro tipo de resíduos (como monstros, resíduos de construção e demolição, etc.), criar unidades de valorização orgânica (Compostagem e Digestão Anaeróbia), unidades de valorização energética (Processos de Pirólise) e aproveitar o biogás produzido nos aterros.

Com base nestas referências e no descrito no relatório do Diagnóstico Prospectivo, propõe-se a promoção dos níveis de atendimento dos sistemas de recolha e tratamento para valores da ordem dos 95%.

Para obtenção destes níveis de atendimento é fundamental conseguir a confiança das populações, facultando-lhes no terreno, em estreita colaboração com as autarquias, um esclarecimento das situações, distinguindo claramente lixeiras de aterros sanitários, mitigando sensações de "imposição" e substituindo a ideia de "vitimização". Há que promover acções de esclarecimento junto dos cidadãos e dos sectores de actividade económica, de modo a fornecer o incentivo a uma correcta

gestão dos resíduos produzidos e de programas de acção específicos, de forma a educar as populações para a redução da produção de resíduos.

A concretização destes níveis de atendimento passa pelas seguintes intervenções:

- avaliação das características dos resíduos recolhidos e das quantidades produzidas através da implementação de sistemas de monitorização na recolha;
- renovação das frotas de recolha;
- aumento do rendimento dos processos de tratamento por incremento da recolha selectiva e da reciclagem;
- minimização do impacte ambiental através da selagem e recuperação das lixeiras existentes, da implementação de sistemas de monitorização nos aterros sanitários e lixeiras desactivadas e ainda com a selagem dos alvéolos já esgotados, no caso dos aterros que se encontram em exploração;
- valorização dos resíduos de embalagens, através da criação de sistemas de reutilização e reciclagem;
- construção e finalização de infra-estruturas de valorização e tratamento dos resíduos;
- criação de unidades de valorização orgânica e energética;
- instalação de sistemas de aproveitamento de biogás, em aterros sanitários, sempre que se justifique por razões económicas.

5. Conclusão

As acções necessárias para alcançar os objectivos estabelecidos passam por intervenções de reabilitação, de melhoria e de aumento da eficiência e qualidade, dos sistemas e serviços, e pela requalificação ambiental das zonas.

Os sistemas deverão garantir a sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental. Para tal, sem fazer cedências à qualidade, deverão procurar-se os custos mínimos dos serviços e assegurar a formação técnica especializada e contínua dos meios humanos necessários para o efeito.

IV. AMBIENTE

Para a definição dos Objectivos Específicos foi usado o seguinte método de trabalho:

1º) Definição do Objectivo Estruturante;

2º) Definição de Objectivos Gerais da Estratégia de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável;

3º) Definição dos Objectivos Específicos, para cada atributo ambiental.

1. Objectivo Estruturante

Promover o desenvolvimento e o crescimento ambientalmente sustentáveis para a PS, de acordo com os princípios definidos para o efeito, no relatório Bruntland.

Será dada preferência aos níveis, formas e localizações no espaço do desenvolvimento que sejam ambientalmente sustentáveis. Tal implicará que serão, tanto quanto possível, evitados ou minimizados os impactes sobre os recursos naturais, ao mesmo tempo que se promoverá a qualidade de vida na PS. A qualidade de vida a que nos estamos aqui a referir significa que as populações poderão usufruir de um ambiente preservado e atractivo, de habitações em número suficiente e com níveis de qualidade minimamente dignificantes, de infra-estruturas, serviços e facilidades recreativas e culturais apropriadas, de empregos e de oportunidades de desenvolverem novos projectos de negócio, especialmente os do tipo “win-win”.

Os objectivos, acções e projectos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis definidos no âmbito do PEDEPES deverão evitar a lógica de decisão e de intervenção que tem sido a dominante, que é trocar benefícios de crescimento de curto-prazo por activos ambientais e qualidade de vida das populações, sem que esteja previsto qualquer mecanismo que permita compensar os custos externos gerados por este tipo de intervenção.

2. Objectivos Gerais

A definição de Objectivos Gerais de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável, prévia à fase de apresentação dos Objectivos Específicos de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável para a PS, foi considerada necessária para o enquadramento estratégico destes últimos.

Para a definição dos Objectivos Gerais, resumimos as potencialidades ambientais da PS e relembrámos o seu estado actual quanto à sua sustentabilidade. As potencialidades são apresentadas, de forma resumida e cardinalizada, no Quadro IV.1. O estado actual e potencial dos atributos ambientais (Clima, Ar, Água, Floresta, Solos, Património Natural e Paisagem e Recursos Minerais) tendo em conta os usos que deles fazem as actividades humanas (Agricultura, Pecuária, Pesca/Aquacultura, Silvicultura, Indústria Transformadora, Indústria Extractiva, Turismo, Desenvolvimento, Urbanismo e Construção, Recreio e Lazer) é avaliado de forma qualitativa, no Quadro IV.2.

Para aplicar esta chave, foi necessário classificar previamente os atributos ambientais em três categorias: Capital Natural Crítico, Capital Natural Estável e Capital Natural Desejável.

Os atributos ambientais são ventilados por estas três categorias, aplicando a seguinte regra:

Categoria a que pertence o atributo	**Regra de intervenção para garantir a sua sustentabilidade**
Capital Natural Crítico	Protecção absoluta
Capital Natural Estável	Manutenção
Capital Natural Desejável	Protecção sempre que possível

Quadro IV.1 - Matriz de Potencialidades dos Atributos Ambientais em função das suas Características Físicas (Dimensão, Variedade, Potencial de Uso Sustentável, Estado da Sua Sustentabilidade Natural) e Biológicas (Importância em Matéria de Biodiversidade)

Actividades / Atributos	Agric.	Pec.	Pesca/ Aquac.	Silv.	Ind. Transf.	Ind. Extrac.	Desenv.	Urban Com.	Recr.	Tur.	POLUIÇÃO			
											Prim.	Sec.	Terc.	Urb.
CLIMA	2	2/3	3	3	-	-	3	-	3	3	-	-	-	-
AR	-	-	-	3	-	-	2	2	3	2/3	-	1/2	-	1
ÁGUA	2	3	2	2	3	-	3	3	2/3	2/3	1/2	1	1	1
FLORESTA	-	3	-	3	3	-	-	-	3	3	-	-	-	-
SOLOS	2	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	2	2	2
PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGEM	-	-	3	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-
RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-

Chave de Leitura: 1= Fraco Potencial; 2= Potencial Médio; 3= Grande Potencial

Consideram-se como **Capital Natural Crítico**, os atributos ambientais cuja importância obriga à sua protecção integral; esta intervenção tem por objectivo evitar a extinção irreversível do atributo, ou evitar danos que levem à sua extinção ou ao seu declínio irreversíveis. O Capital Natural Crítico é constituído por bens, níveis de stock ou níveis de qualidade que sejam:

- De grande valor,
- Essenciais à saúde humana ou,
- Essenciais ao funcionamento eficiente do sistema de suporte da sustentabilidade ou,
- Insubstituíveis no prazo de uma geração, pela sua ambiguidade, complexidade, especialização, localização ou raridade.

Também se pode usar este conceito aplicado ao ambiente urbano. Neste caso, os atributos serão classificados como Capital Natural Crítico se contribuírem para garantir a pureza do ar ou o bem-estar geral das populações residentes ou visitantes, como por exemplo as árvores em ambientes urbanos.

A categoria de Capital Natural Crítico pode ser aplicada a vários tipos de atributos como por exemplo:

- *Habitat's críticos*: todas as Áreas Nucleares de Conservação[2] que estão integradas na maioria das áreas protegidas segundo a legislação nacional e/ou internacional,
- nível mínimo de stock crítico de sobrevivência e multiplicação de uma espécie,

[2] Ministério do Ambiente (1999), *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, documento preliminar para discussão pública.

Quadro IV. 2 - Matriz de Classificação do Estado de Sustentabilidade dos Atributos Ambientais com Origem nos Usos que deles fazem as Actividades Humanos, no Momento Presente e no Momento Futuro [(6)]

Actividades / Atributos	Agric.	Pec..	Pesca/ Aquac.	Silv.	Ind. Transf.	Ind. Extrac.	Desenv.	Urban Com.	Recr.	Tur.	POLUIÇÃO			
											Prim.	Sec.	Terc.	Urb.
CLIMA	P										P[(1)]	P[(1)]	P[(1)]	P[(1)]
AR							P[(2)]			X/ P[(3)]		*[(4)]		*/ P
ÁGUA	P		*/ P				*/ P			*/ P	*/ P	*/ P		*/ P
FLORESTA					P			*/ P	X/ P					
SOLOS	X/ P[(5)]	X/ P		P	X/ P	*/ X		*/ X/ P						X
PATRIMÓNIO E PAISAGEM	P	X			X/ P	*/ X	*/P	*/ P	*/ X/ P	*/ X/ P		*/ P	P	X/P

CHAVE DE LEITURA DO QUADRO 2:

- * existem conflitos significativos ou podem voltar a manifestarem-se conflitos significativos com o Capital Natural Crítico;
- X = existem conflitos significativos ou podem voltar a manifestarem-se conflitos significativos com o Capital Natural Estável;
- P = existe potencial para conflitos significativos.

LEGENDA DO QUADRO 2

(1) é de prever o aumento médio do grau de secura, o agravamento da irregularidade da distribuição anual da pluviosidade e o aumento da temperatura média. Esta situação terá implicações a nível da produtividade agrícola, na capacidade de carga do aquífero e no nível de qualidade da sua água, no aumento dos consumos de água em geral e na capacidade de regeneração natural dos ecossistemas quando funcionam como receptores e tratadores dos efluentes líquidos.

(2) Há potencial para que o ar das zonas urbanas se degrade, o que contribuirá fortemente para o agravamento da saúde das populações (problemas respiratórias e alérgicos). Diminuirá a qualidade de vida, agravar-se-á o deficit orçamental da saúde e diminuirá a produtividade do trabalho.

(3) Não afecta directamente o turismo mas sim indirectamente, na medida em que constitui uma forma de marketing negativo para a imagem turística da região.

(4) Bolsas de níveis elevados de poluição acima dos valores máximos permitidos nas zonas do Barreiro/Seixal e de Setúbal. Prevê-se que, naturalmente, haja uma diminuição dos níveis de poluição à medida que continue o encerramento das unidades fabris mais obsoletas e poluentes, a sua eventual substituição por unidades fabris modernas e ecológicas e o processo de terciarização da economia da região.

(5) Existe conflito em termos das práticas de produção intensivas: são muito poluentes, grandes consumidoras de água e pouco consentâneas com a manutenção da sustentabilidade da capacidade produtiva dos solos.

(6) Consideram-se também, os efeitos interactivos que se reforçam mutuamente, se existirem.

- *nível crítico de reservas de água*, que é o valor mínimo necessário para assegurar a oferta em quantidade e qualidade de água, e manter a sustentabilidade dos habitats críticos,
- *nível crítico de qualidade do ar*, como por exemplo os valores limite máximos de poluentes atmosféricos autorizados pela legislação europeia.

Considerámos ser Capital Natural Crítico da PS os seguintes atributos:

- ✓ Áreas Nucleares de Conservação, ou seja, territórios cujo valor e importância relevam do facto de conterem Património Natural de importância nacional e/ou internacional; a maioria destas áreas estão territorialmente incluídas nas áreas conservadas da PS, e correspondem às zonas de Reserva Integral e Reserva Natural onde é proibida toda a actividade humana que não tenha a ver com educação e/ou investigação; o desaparecimento ou dano levará à diminuição irrecuperável da biodiversidade e do stock de material genético;
- ✓ Ar, especialmente o dos espaços urbanos e o das zonas industriais, cuja pureza é fundamental para a saúde das populações, a produtividade do trabalho residentes, a qualidade do turismo e o erário público;
- ✓ Floresta (natural e plantada) e Montados (este último é um dos principais agro-ecossistemas do país, e é predominante na PS); é um dos atributos que permite uma utilização sustentável em termos agrícolas, silvícolas, pastoris e industriais, albergando simultaneamente comunidades faunísticas de grande riqueza e valor e contribuindo para a redução dos efeitos da aridez crescente do clima, pelo papel que desempenham no ciclo da água;
- ✓ Níveis críticos da qualidade das águas nos meios estuarino e marinho, compatíveis com a manutenção e melhoria das condições de sustentabilidade das espécies piscícolas e conquícolas e para efeitos do seu uso para fins de recreio, turismo, pesca e aquacultura;

- ✓ Níveis críticos de qualidade da água compatíveis com as necessidades de consumo directo humano; a exploração do aquífero não deverá ultrapassar o patamar crítico dos 405.000m^3/dia;
- ✓ Níveis mínimos de stocks de espécies piscícolas compatíveis com a sua sustentabilidade, definidos pelos critérios da UE;
- ✓ Endemismos que existem nos matos e/ou zonas classificadas segundo critérios de conservação menos rigorosos quanto ao grau de intervenção humana.

Considerou-se como **Capital Natural Estável** todos os aspectos ambientais que, não sendo críticos, desempenham no entanto um papel importante para a sustentabilidade ambiental, pelo que não devem ser extintos ou sofrerem danos que provoquem degradações para além de certos limites. São exemplos desta categoria, a maior parte daquilo a que genericamente se chama o "campo": áreas cultivadas por sistemas tradicionais de cultivo, áreas submetidas a regimes tradicionais de pastoreio, zonas florestadas que não incluam manchas de montados, afloramentos rochosos, zonas dunares e pantanosas, etc.

A regra "Manutenção do Capital Natural Estável" significa que estas zonas devem ser objecto de protecção, não necessariamente de alguma ou algumas das suas componentes individuais, mas antes da área como um todo. São geralmente definidos dois níveis de manutenção:

- Manutenção com referência ao estado de conservação no momento actual,
- Ou manutenção a um nível de qualidade superior ao do momento actual.

Na gestão deste tipo de Capital, é largamente utilizada a Técnica de Compensação, segundo a qual é possível substituir um ou mais dos elementos individuais perdidos por outros que se tenham recuperado, mantendo-se em equilíbrio a qualidade geral do atributo.

No âmbito da PS, considerámos como Capital Natural Estável os seguintes atributos:

- ✓ Zonas Tampão das áreas classificadas: trata-se de territórios que têm por função absorverem os impactes antropogénicos nas áreas adjacentes das Áreas Nucleares de Conservação e, simultaneamente, permitirem a proliferação saudável do património biológico: a maior parte das áreas conservadas da PS, principalmente as mais importantes, já contêm estas zonas;
- ✓ Corredores Ecológicos: áreas que têm a função de assegurarem os fluxos de comunicação entre os componentes biológicos das Áreas Nucleares. No caso da PS, considerámos como sendo Capital Natural Estável todos os corredores ecológicos definidos no PROT-AML e referidos no relatório do Diagnóstico Prospectivo, no capítulo do ambiente, do PEDEPES;
- ✓ Solos de Classes A e B pertencentes à RAN;
- ✓ Todos os solos não susceptíveis de utilização para agricultura ou pastorícia, nem para a exploração de matos e floresta, mas que desempenham uma função importante na manutenção da vegetação natural ou florestal de protecção ou recuperação de ecossistemas;
- ✓ Águas Superficiais para usos humanos, que não os que exijam água potável para beber ou para banhos: considerámos nesta categoria todas as linhas de água superficiais que neste momento estão poluídas ou muito poluídas.

Consideraram-se como **Capital Natural Desejável**, todos os aspectos ambientais que, não sendo críticos em si nem sendo particularmente importantes para garantir a sustentabilidade de algum activo ambiental, deverão, no entanto, e sempre que possível, serem objecto de manutenção. A sua sustentabilidade não exige a sua conservação, nem a sua compensação, mas exige que o seu valor seja equacionado no processo de tomada de decisão.

Os atributos ambientais podem igualmente serem classificados como Críticos por outros motivos que não os da sustentabilidade ambiental, mas por razões ecológicas, geológicas ou sociais. São exemplos destes atributos as paisagens naturais ou semi-naturais que tenham elevado valor para as suas comunidades locais, quer pelo seu valor recreativo, quer educativo ou ambiental e designam-se por Atributos Naturais Socialmente Críticos.

Cabe às autoridades e às associações locais fazerem a classificação dos atributos ambientais que considerem ser Socialmente Críticos. Para o efeito podem ser usados os seguintes critérios, aqui referidos a título de exemplo:

- A inexistência de espaços verdes alternativos, que não sejam alcançáveis a pé;
- Ser acessível ou potencialmente acessível para a população local;
- Ser regularmente usado pela população local.

Os **Objectivos Gerais** para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento ambientalmente sustentável para a PS são os seguintes:

- Planear o crescimento da população residente de forma a definir o limite máximo que é compatível com a minimização dos impactes sobre os recursos, nomeadamente, solos, água e floresta (natural e/ou plantada);
- Maximizar o desenvolvimento potencial das áreas urbanas já existentes e orientar os novos focos de desenvolvimento ao longo dos principais corredores de transporte, de forma a fomentar o transporte público, a reduzir as distâncias, a diminuir as emissões de poluentes para a atmosfera e a reduzir o consumo energético;
- Maximizar as zonas industriais já existentes e controlar as novas zonas emergentes, promovendo fortemente a construção e/ou a melhoria das infra-

estruturas de saneamento dos efluentes industriais a nível da drenagem e do tratamento, a recolha e deposição dos resíduos sólidos tóxicos e não-tóxicos e incentivando a utilização de tecnologias eco-eficientes, pouco consumidoras de matérias-primas e de energia e menos poluidoras;

- Proteger, no sentido estrito, os recursos ambientais que constituam Capital Natural Crítico;
- Salvaguardar os recursos naturais que constituam Capital Natural Estável;
- Equacionar, sempre que possível, o valor do Capital Natural Desejável, durante o processo de tomada de decisão técnica e política;
- Reduzir a poluição e o consumo de recursos não-renováveis, nomeadamente, os recursos minerais e fomentar o uso sustentável da floresta plantada;
- Melhorar e incentivar a qualidade de vida nas áreas urbanas, criando espaços verdes e de recreio e recuperando os ainda existentes, recuperando os edifícios em geral, promovendo as actividades de recreio e de lazer que tenham uma estrita relação com os espaços verdes, a cultura e a história locais e o desporto;
- Recuperar, incentivar e desenvolver todas as actividades económicas baseadas em processos produtivos e tecnologias tradicionais, agrícolas, pecuárias e piscícolas;
- Incentivar os projectos económicos do tipo win-win, ou seja, projectos que sejam simultaneamente eco-eficientes e geradores de mais-valias e de empregos.

3. Objecticos Específicos

Os objectivos Específicos foram definidos em função da conservação, manutenção e melhoria do estado de sustentabilidade dos recursos ambientais e dentro do contexto enquadrado pelo Objectivo Estruturante e pelos Objectivos Gerais.

3.1. Água

Contexto:

- É previsível o aumento da procura de água para consumo humano por causa:
  - Do crescimento da população residente que se prevê seja forte.
  - Da crescente necessidade de água para a agricultura intensiva de regadio.
  - Do fomento do turismo.
  - A pressão destes três factores, que condicionam fortemente a procura de água, é reforçada por um factor de ordem climatérica se se concretizarem as previsões metereológicas de médio e longo prazo que prevêem diminuição do valor médio da precipitação e o agravamento da irregularidade da sua distribuição ao longo do ano.
- Devido às irregularidades climatéricas são de recear as situações de chuvadas fortes e concentradas com ocorrência de cheias.
- São previsíveis maiores dificuldades com a manutenção dos ecossistemas marinhos, se se continuar a verificar a pressão sobre estes recursos para fins de recreio e de turismo e como receptáculos de efluentes urbanos; esta pressão está também intimamente ligada ao aumento das acessibilidades ao litoral, especialmente dos transportes privados, e com a pressão urbanística para 2ª habitação.

- A água é um recurso que apresenta uma elevada sensibilidade à poluição (como é o caso do aquífero, das linhas de água superficiais e dos estuários) e à salinização (no caso do aquífero);
- Criar as condições necessárias para que o sistema hidrológico da PS desempenhe as suas tarefas naturais, é uma das melhores formas de fazer face às necessidades crescentes de água, sem que se ponha em risco a sustentabilidade do sistema .

OBJECTIVO ESPECÍFICO 1:

Contribuir fortemente para a sustentabilidade do recurso água e do respectivo ambiente: as captações com origem no aquífero não devem ultrapassar o limite máximo de 405.000m3/dia; a água das linhas superficiais deve atingir, no mínimo, um nível de qualidade compatível com o uso das águas para fins agrícolas; as águas marinhas devem manter o nível de qualidade compatível com a sustentabilidade dos espécimes selvagens que suportam e com as exigências da aquacultura; as águas dos estuários devem ter um nível de qualidade mínimo, compatível com a sustentabilidade da biodiversidade que contêm.

A **estratégia** a adoptar para a prossecução deste objectivo passa por:

- desviar as pressões do crescimento das áreas onde se verifique serem necessários recursos adicionais, que não possam ser fornecidos dentro de uma escala temporária adequada;
- tomar medidas que eliminem, diminuam e/ou previnam a poluição marinha e a dos estuários, a das linhas de água e a do sistema aquífero;
- tomar medidas que reduzam ao mínimo as perdas de água, extremamente elevadas, que actualmente se verificam nas redes de captação e de distribuição de água, em toda a PS.

O que se pretende: fundamentalmente, racionalizar de forma sustentável os vastos recursos hídricos da PS, satisfazendo as necessidades actuais de procura de água e as necessidades futuras, desde que estas sejam sustentáveis, num contexto de secura climatérica crescente e evitando sempre rupturas irreversíveis nos hidro-sistemas que, a acontecerem, poderão gerar uma cascata de consequências negativas de dimensão e impacte imprevisíveis que podem inviabilizar o futuro socio-económico da PS.

Não é demais insistir para a necessidade imperiosa de uma boa gestão deste recurso, principalmente se a PS pretende apostar na diversificação da sua base económica, dinamizando sectores que têm na água um dos seus principais inputs de produção como a agricultura intensiva, o recreio e o turismo, a pesca e a aquacultura. Também não será demais insistir para o facto de que os sistemas hídricos da região são um dos suportes básicos da sua riqueza natural e que esta, desde que usada de forma a não gerar conflitos com a política de conservação, constitui um dos trunfos da PS para desenvolver uma eventual aposta no turismo integrado e ambientalmente sustentável.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 2

Proteger os novos focos de crescimento dos riscos de cheias e/ou de desabamentos e proteger os focos já existentes dos efeitos que os novos focos têm sobre os regimes hidrológicos e a estabilidade do litoral.

O que se pretende: fundamentalmente, fazer uma prevenção estruturada deste tipo de acontecimentos, no sentido de diminuir os impactes negativos que têm nas vidas das populações, na economia regional e nacional e contribuir para a protecção dos regimes hidrológicos naturais, cuja dinâmica é fundamental para a conservação dos recursos hídricos.

3.2. Património Natural, Paisagem (natural, semi-natural, rural e urbana) e Solo

Contexto:

- Grande riqueza biológica e paisagística do Património Natural: 3 Sítios de Ramsar, 2 Reservas Naturais, 4 Sítios da Lista Natural de Sítios, Directiva Habitat's, 5 Zonas de protecção Especial, Directiva Aves, 5 Biótopos Corine, 3 IBA, 3 Sítios no Inventário MedWet, 1 Parque Natural, 1 Sítio Classificado, 1 Reserva Bio-Genética, 3 Reservas Integrais, 1 Gift to the Earth, 1 Área de Paisagem Protegida, várias zonas de Capital Natural Estável.
- Risco elevado e elevado potencial de risco não apenas para o Capital Natural Estável, mas também para o Capital Natural Crítico, com especial relevo para o que é objecto de maior protecção, natural e internacional; são múltiplas e variadas as causas que estão por detrás destes riscos, mas salienta-se sobretudo as pressões da construção de habitação (1ª e 2ª residência) e de zonas industriais, do recreio e do turismo, da agricultura e da indústria extractiva.
- Poucos solos RAN, grande potencial florestal especialmente em montados de sobro, sobrevivência de focos de actividades tradicionais agrícolas e pecuárias de grande importância socio-económica, mas desaparecimento de outras (laranjais); a prática crescente da agricultura e da pecuária em regime intensivo não é sustentável ambientalmente, para além de contribuirem para a diminuição do stock bio-genético da região;
- Comportamentos e práticas dos agentes, públicos e privados, da administração local e central, não adaptados e/ou mal adaptados à implementação do conceito de desenvolvimento ambientalmente sustentável.
- Grande desordenamento do território o que, para além de ter impactes negativos directos e indirectos sobre o ambiente, também os tem a nível social e económico (entre outras, o desordenamento do território é causa directa da diminuição da

capacidade competitiva das zonas urbanas da PS face às da AML e constitui um factor extremamente negativo, se a PS resolver optar por uma estratégia que inclua o desenvolvimento do turismo integrado).

- Os novos centros urbanos caracterizam-se pela falta de estruturação e desordenamento; os centros históricos dos antigos centros urbanos, na sua generalidade, têm vindo a sofrer um processo de degradação sustentada, sem que sejam alvo de medidas e de políticas estruturantes que os recuperem e utilizem não apenas para reforçar a identidade cultural das respectivas cidades e vilas e melhorar a qualidade de vida, mas também para os usar como input fundamental no fomento de actividades socio-culturais, que dinamizarão o recreio e o turismo integrado.
- Há actividades económicas directamente responsáveis pela degradação do Capital Natural Crítico (indústrias extractivas e cimentos).

OBJECTIVO ESPECÍFICO 3

Conservar, manter e melhorar as áreas naturais em geral, especialmente as que são objecto de fortes medidas de conservação, nacional e internacional:

- Conservar, no sentido de proibir definitivamente todas as actividades humanas que não tenham a ver com educação ambiental ou investigação, as Áreas Nucleares de Conservação, as quais estão quase totalmente integradas nas áreas classificadas pela legislação nacional e internacional e que deverão ser consideradas como Capital Natural Crítico.
- Considerar como Capital Natural Estável todas as zonas naturais que integrem endemismos e/ou que contribuam para a conservação das áreas conservadas.
- Controlar as actividades de crescimento que impliquem danos sobre o Capital Natural Crítico, variando o grau e o tipo de controlo consoante a actividade, o tipo e a dimensão do dano e a importância da área natural que será afectada.

- Tomar medidas que diminuam os efeitos sobre estas áreas provocados pelos impactes negativos das opções de crescimento adoptadas no passado.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 4

Proteger e fomentar as paisagens, lugares e elementos socio-culturais da região, que apresentem carácter único no país e no mundo e/ou sejam classificadas como Capital Natural Socialmente Crítico.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 5

Proteger, manter e dinamizar a floresta, especialmente os montados da PS. Os montados devem ser classificados como Capital Natural Estável.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 6

Melhorar a qualidade do ambiente urbano e das suas partes integrantes, tais como estradas, ruas, praças e outros espaços urbanos e edifícios.

Com este objectivo, pretendem-se criar as condições necessárias que permitam melhorar a qualidade de vida das populações e sustentar uma estratégia de desenvolvimento do turismo integrado.

3.3. Ar

Contexto:

- Qualidade média do ar dentro dos parâmetros de segurança legalmente em vigor.
- Existem locais onde os valores das emissões de poluentes são superiores aos dos valores limite, especialmente nas zonas industriais do

Barreiro/Seixal e de Setúbal e nas zonas urbanas, tendo como causas directas o trânsito rodoviário intenso e caótico.

- O método usado na PS para a medição da qualidade do ar é deficiente, e não permite aferir da qualidade do ar de uma forma sistemática e estruturada.
- Prevê-se um agravamento da qualidade do ar, especialmente nas zonas urbanas, se se continuar a apostar no modelo de desenvolvimento centro/periferia, que tem favorecido os transportes privados rodoviários em detrimento de uma política estruturada e diferenciada de transportes públicos, que dê prioridade às componentes de transporte ferroviário e fluvial e não, apenas, do transporte rodoviário.

OBJECTIVO ESPECÍFICO 7

Melhorar a qualidade média actual do ar na PS diminuindo os actuais focos concentrados de poluição e criar condições para que essa melhoria seja sustentável a prazo.

O que se pretende:

Melhorando a qualidade do ar estamos a contribuir para:

- A melhoria da qualidade de vida das populações pela diminuição de doenças respiratórias.
- A melhoria da produtividade do trabalho.
- Tornar a região muito mais atractiva para o recreio e o turismo.
- A redução da dependência energética nacional e a redução do déficit orçamental do sector da saúde.

4. Conclusão

As medidas que irão ser definidas na fase seguinte para a implementação dos Objectivos Específicos continuarão a estar enquadradas nos Objectivos Estruturantes e Gerais que visam implementar o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Ou seja, as medidas serão escolhidas, de forma a satisfazerem os objectivos ambientais específicos, mas também os sociais (qualidade de vida e emprego) e os económicos (crescimento em geral, novas oportunidades de negócio, melhoria da competitividade urbana).

V. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

1. Os Objectivos

1. Apoio à Inovação nos 8 "cachos" de actividades que aparentam potencial e dinâmica inovadora

Através do apoio à inovação nos principais subsistemas tecno-económicos da PS, potenciar a contribuição para a diversificação das actividades económicas regionais do conjunto de 8 "cachos" de competitividade com potencial e que apresentam uma recente dinâmica inovadora: a cadeia automóvel organizada em torno da Autoeuropa; os serviços às empresas na área da logística e transportes; potenciais novos nichos de inovação tecnológica na reparação naval; electrónica de defesa e equipamentos de telecomunicações, fruto da longa evolução do grupo Centrel na PS; actividades em redor da vitivinicultura; actividades no âmbito da aquacultura; turismo e lazer; e madeira e cortiça.

2. Aumento das actividades e recursos de I&D na PS com o correspondente alinhamento às carências evidenciadas pelos 8 "cachos".

Criar condições na PS para se realizarem mais actividades de I&D (por exemplo, diminuir o fosso existente entre a despesa de I&D na AML e na PS e simultaneamente criar mecanismos que promovam a deslocalização de infra-estruturas tecnológicas da AML para a PS), não necessariamente apenas no contexto universitário e nas áreas já existentes, mas sobretudo em áreas de conhecimento que possam servir de suporte à competitividade dos *cachos* actuais/potenciais identificados.

3. Reforçar os serviços no âmbito dos estudos de viabilidade, projectos de diagnóstico e resolução de problemas concretos.

É necessário complementar a I&D com outro tipo de actividades orientadas à prestação de serviços tecnológicos e resolução de problemas, incluindo serviços de

certificação e metrologia. Isso requer a existência de interfaces especializadas com as entidades que executam I&D, essencialmente as Universidades, Politécnicos e IPSFL da PS e da Área Metropolitana de Lisboa.

4. Criar condições facilitadoras da transferência de tecnologia, através de novas iniciativas empresariais de base tecnológica.

A região possui um conjunto de importantes recursos que potencialmente apoiam a transferência de tecnologia e lançamento de novas empresas de base tecnológica. Tem-se o CEISET, o MandanPark, e o Parque Tecnológico da Mutela. Contudo a existência destas estruturas, embora necessária, não garante por si só que os mecanismos de transferência de tecnologia funcionem. É necessário que as referidas infra-estruturas sejam proactivas nas práticas de apoio orientadas para o aumento de conhecimentos de gestão nos novos empreendedores. Seria desejável que operassem segundo uma estratégia comum e em rede.

5. Promover a difusão local de informação técnica e empresarial na região.

Nesta área de apoio à difusão de informação, as associações regionais podem desempenhar um papel preponderante. Um caso exemplar deste desempenho é a AERSET que participa juntamente com a SOSET, a EASTÉCNICA e a FCT/UNL na sociedade anónima VALNET SADO, que representa um investimento de 2 milhões de contos em 5 anos e que pode contribuir significativamente para melhorar a difusão de informação,

Esta iniciativa de âmbito regional é única no País e pretende criar um sistema completo de redes de dados Internet, de criação de conteúdos e de aplicações dirigidas às empresas, associações, municípios e particulares com o objectivo de generalizar soluções telemáticas no distrito de Setúbal.

6. Promover financiamento da inovação através do capital de risco.

A região possui uma Sociedade de Desenvolvimento Regional – SOSET, que, em princípio, poderia apostar preferencialmente no financiamento de iniciativas empresariais da região que mostrassem elevado potencial de inovação tecnológica.

2. As Condicionantes

1. A região tem um défice de recursos em C&T (reduzido peso na RLVT).
2. Reduzido capital de apoio para start-ups de base tecnológica e inovadora. No financiamento da inovação da PS parece estar a faltar a importante função de financiamento de projectos de raiz ou projectos *start-up*. A região tem deficiências ao nível do capital de risco, quer no domínio do investimento em *Start-ups* e ligação com as actividades do CEISET e do MadanPark, quer no domínio do apoio à reestruturação e possível cisão de grandes unidades industriais.
3. Reduzido financiamento para cisão de grandes empresas em processo de reestruturação. Falta à região uma função de financiamento e apoio a processos locais e *Outsourcing* e/ou *Outplacement*, como apoio à possível cisão de grandes empresas em negócios autónomos e independentes mas de menor dimensão.
4. Credibilidade e défice de capacidade de gestão. No estímulo à transferência de tecnologia e lançamento de novas empresas, a região carece de um maior apoio às capacidades de gestão, à criação de credibilidade e a um maior entrosamento entre os agentes que participam nestes processos.
5. Deficiente interface com o ensino universitário e politécnico. No domínio dos serviços de apoio técnico, a região necessita aperfeiçoar as interfaces com o Ensino Superior local e/ou atrair para a região infra-estruturas públicas de apoio tecnológico.

3. As Vantagens

1. A PS tem uma especialização científica e tecnológica nas áreas das Ciências Exactas e Naturais.
2. Existência de cachos de actividades económicas com potencial de inovação
3. Capacidade própria de polarização sócio-económica e de articulação com o exterior através do Porto Marítimo.
4. Proximidade da AML.

Quadro V.1 - Síntese

Objectivos	Condicionantes	Vantagens
Apoio à Inovação nos 8 "cachos" de actividades que aparentam potencial e dinâmica inovadora.	A região tem um défice de recursos em C&T (reduzido peso na RLVT).	A PS tem uma especialização científica e tecnológica nas áreas das Ciências Exactas e Naturais.
Aumento das actividades e recursos de I&D na PS com o correspondente alinhamento às carências evidenciadas pelos 8 "cachos".	Reduzido capital de risco para start-ups de base tecnológica e inovadora.	Existência de cachos de actividades económicas com potencial de inovação.
Reforçar os serviços no âmbito dos estudos de viabilidade, projectos de diagnóstico e resolução de problemas concretos.	Reduzido financiamento para cisão de grandes empresas em processo de reestruturação.	Capacidade própria de polarização socio-económica e de articulação com o exterior através do Porto Marítimo.
Criar condições facilitadoras da transferência de tecnologia, gerar novas iniciativas empresariais de base tecnológica.	Credibilidade e défice de capacidade de gestão.	Proximidade da AML
Promover e Coordenar a difusão local de informação técnica e empresarial na região.	Deficiente interface com o ensino universitário e politécnico.	
Promover financiamento da inovação através do capital de risco.		

Quadro V.2 - Resumo

	Condicionantes					Vantagens			
Objectivos	Défice de recursos em C&T	Reduzido capital de apoio para start-ups de base tecnológica e inovadora.	Reduzido financiamento para cisão de grandes empresas em processo de reestruturação.	Credibilidade e defice da capacidade de gestão.	Deficiente interface com o ensino universitário e politécnico.	Especialização científica e tecnológica nas Ciências Exactas e Naturais.	Existência de cachos de actividades económicas com potencial de inovação	Capacidade própria de polarização sócio-económica e de articulação com o exteriior através do Porto Marítimo	Proximidade da AML
1. Apoio à Inovação nos 8 "cachos" de actividades que possuem potencial e dinâmica inovadora	+	+	0	+	+	+	+	0	0
2. Aumento das actividades e recursos de I&D na PS com o correspondente alinhamento às carências evidenciadas pelos 8 "cachos".	+	0	0	+	+	+	+	0	0
3. Reforçar os serviços no âmbito dos estudos de viabilidade, projectos de diagnóstico e resolução de problemas concretos.	-	0	+	+	+	0	+	+	+

Quadro V.2 (continuação) - Resumo

	Condicionantes					Vantagens			
Objectivos	Défice de recursos em C&T	Reduzido capital de apoio para start-ups de base tecnológica e inovadora.	Reduzido financiamento para cisão de grandes em-presas em processo de reestruturação.	Credibilidade e defice da capacidade de gestão.	Deficiente interface com o ensino univer-sitário e politécnico.	Especialização científica e tecnológica nas Ciências Exactas e Naturais.	Existência de cachos de actividades económicas com potencial de inovação	Capacidade própria de polarização sócio-económica e de articulação com o exteriior através do Porto Marítimo	Proximidade da AML
4. Criar condições facilitadoras da trans-ferência de tecnologia, gerar novas iniciativas empresariais de base tecnológica.	+	+	+	+	+	+	+	+	+
5. Promover e Coordenar a difusão local de in-formação técnica e empresarial na região.	0	0	+	+	+	0	+	+	0
6. Promover o finan-ciamento da inovação através do capital de risco.	0	+	-	+	+	0	+	0	-

Legenda: + Efeito positivo de favorecimento das vantagens e contrariadade das condicionantes

0 Efeito nulo

- Efeito negativo de contarriadade das vantagens e favorecimento das condicionantes

VI – QUESTÕES URBANAS

1. Reflexões para a definição de um modelo global de desenvolvimento estratégico

A Península de Setúbal é um território que interessa compreender nos seus vários contextos. Neste espaço, estrutura-se uma rede de centros urbanos habitacionais, produtivos e turísticos que geram entre si e com o exterior fluxos de pessoas, bens e informação.

No estudo das QUESTÕES URBANAS, interessa-nos perceber como os nós dessa rede de centros se articulam entre si formando uma estrutura multipolar com especializações diversas e complementares entre si. A análise deste "sector" tem óbvias relações com outros "sectores", que são determinantes e indispensáveis para a prossecução dos objectivos globais que terão que ser obtidos e estabelecidos por cruzamento; fazendo depois sentido evoluir para a definição de objectivos de política (sectorial ou pluri-sectorial) e finalmente objectivos operacionais.

O diagnóstico prospectivo, que permite fundamentar a estratégia para a Península de Setúbal, tem que ser enquadrado a diferentes níveis territoriais associados a diferentes estratégias de desenvolvimento planeado: internacional/ibérico /nacional, regional/metropolitano e municipal/local, e tem que ser relativizado pelos factores de incerteza sempre associados a qualquer processo de planeamento, sempre dependentes de outras opções com grande carácter estruturante, muitas vezes desconhecidas à data da elaboração dos próprios planos. Pretende-se, antes de mais, definir um Modelo Global de Desenvolvimento para a Península de Setúbal que, no futuro, permita avaliar o enquadramento de determinados projectos ao pretendido, em vez de apostar-se num Plano que, de uma forma rígida se limite a definir Classes de Uso do Solo.

É preciso determinar os factores que diferenciam e que tornam a Península de Setúbal mais competitiva, associados à espacialização dos conceitos, objectivos,

orientações e meios. Assim pretende criar-se uma série de condições que permitam ao Território evoluir para situações duráveis, contrariando algumas situações de ruptura e risco aparente. Para tal, a Península de Setúbal tem que, em alguns casos, fortalecer relações com a margem norte da AML (conquista de certo tipo de eventos e investimentos) e noutros casos, quebrar certos tipos de relações (dependência ao nível do emprego...).

Existe já uma série de outros instrumentos de gestão do território que, a diferentes escalas e com diferentes âmbitos, definem linhas de acção para o território da Península de Setúbal. O PROT-AML apresenta um Esquema de Modelo Territorial (em oposição ao conceito de Plano do Uso do Solo) ao qual já se associou um esquema de execução, com a previsão detalhada de acções, com calendarização e prazos previstos e uma Estrutura de Acompanhamento e Avaliação (para monitorização do processo de execução do Plano). A partir do momento da sua aprovação este será um instrumento de planeamento que traz orientações decisivas para o planeamento/actuação municipal. Interessa perceber agora, no contexto do PEDEPES, se o PROT-AML e a sua estratégia se articula com os seus objectivos de topo ou, pelo contrário, o PEDEPES servirá para fundamentar futuros ajustamentos e alterações do PROT-AML e da sua estratégia. O mesmo se passa em relação a outros instrumentos de Planeamento e Gestão do Território, como é o caso dos processos de revisão dos PDM dos concelhos da Península, já iniciados ou a iniciar em breve.

No PROT-AML, a Península de Setúbal é entendida como a margem sul de LISBOA-CIDADE de duas margens (arco ribeirinho na parte Almada Barreiro) e a parte da AML que estabelece a ligação desta com o Sul do País e com Espanha (pela Estremadura e Andaluzia) e promove a articulação internacional portuária (Lisboa, Setúbal e Sines). Engloba também uma série de elementos que constituem a rede ecológica metropolitana, que é predominante para a desejada sustentabilidade e competitividade da Península de Setúbal, actualmente muito dependente da Cidade de Lisboa.

O território da Península é demasiado importante para a promoção da desejada internacionalização da AML, conseguindo suportar certas actividades produtivas apoiadas em plataformas logísticas, sem nunca esquecer o seu potencial turístico associado às suas especificidades ambientais.

Toda a tendência de pressão urbanística caracterizada por uma urbanização e construção densa e insuficientemente ordenada começa a gerar situações de degradação ambiental, devido a um excesso de cargas poluentes provenientes das actividades urbanas, industriais e agrícolas. A deposição não preparada de certos tipos de resíduos perigosos, assim como a extracção descontrolada de águas subterrâneas está a agravar a degradação dos recursos naturais.

O problema da qualidade de vida dentro dos centros urbanos é um aspecto que, a uma escala de pormenor merece especial atenção, seja pela sua fraca relação com os pólos de emprego, pela insuficiência de espaços exteriores públicos, problemas de circulação automóvel vs. falta de estacionamento, seja ainda por uma fraca e desestruturada rede de equipamentos a diferentes níveis hierárquicos.

A necessidade de considerar diferentes escalas geográficas de abordagem apoia-se no facto de a Península de Setúbal ser entendida como um espaço à escala nacional onde assume um papel diferenciado na região da AML, mas à medida que se aumenta a escala de estudo interessa cada vez mais entender a Península de Setúbal como um organismo, que se pretende "saudável" e o mais auto-suficiente possível.

Para o prosseguimento dos trabalhos no âmbito do PEDEPES deve abandonar-se a ideia de que a Península de Setúbal é um território homogéneo e em vez de tratá-la como uma unidade estatística é preciso definir as suas unidades territoriais estruturantes internas com características, condicionantes e potencialidades próprias.

2. Objectivos

Em seguida apresenta-se um conjunto de objectivos estruturados em três níveis territoriais que, em alguns casos, indicam princípios e medidas por revelarem desde já

um carácter operacional ou se referirem a acções concretas como ilustrações de actuações possíveis.

2.1. Nível Internacional/Nacional

Identifica-se, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, a possibilidade de ela se afirmar cada vez mais como uma região ganhadora no contexto das regiões europeias, através da implantação cada vez maior de actividades tecnologicamente evoluídas que representem elevados valores acrescentados para a própria região. Numa fase em que a sociedade se apoia cada vez mais no conhecimento avançado é preciso qualificar pessoas, organizações e o território e localizar os espaços dinamizadores dos processos de inovação e sua difusão.

A PS está integrada numa área territorial mais ampla, onde apresenta os seguintes factores de desenvolvimento:

- Recursos naturais paisagísticos e patrimoniais:
    - Extensão considerável de costa atlântica com falésias, praias de excelente qualidade e, por vezes capacidade, associada a belezas cénicas e paisagísticas únicas;
    - Delimitada por dois estuários (Tejo e Sado) de elevado valor ambiental e paisagístico, inclui o maior aquífero subterrâneo da Península Ibérica. Contém a bela Serra da Arrábida, que é um Parque Natural e onde se observam exemplos únicos de vegetação mediterrânea.
- Recursos institucionais, humanos e científicos:
    - Existência de “massa” crítica e pensante;
    - Revela em si um inegável potencial de crescimento. Tem condições para sedear indústrias, serviços e equipamentos públicos com

significativas economias de escala e que produzam com elevados valores acrescentados para a região e para o país;

- ♦ Sector agro-florestal organizado e muito produtivo;
- ♦ Integra o maior pólo alargado de consumo do país.

- Posição geo-estratégica apoiada em infra-estruturas de internacionalização:
  - ♦ Existência do Porto de Setúbal e articulação com o Porto de Sines (assinatura do contrato entre os Portos de Sines e de Singapura);
  - ♦ Está muito bem localizada entre o Norte-Atlântico, industrial e exportador e o Sul-Mediterrânico e turístico.

A este nível referem-se os seguintes objectivos/medidas:

1. Implantação/Estudo da área logística de Marateca-Pegões (importância nacional);
2. Integração, na rede nacional de logística, do Porto de Setúbal e sua plataforma logística associada;
3. Completar a rede rodoviária nacional (IC3, IC11 e IC13) indispensável às áreas logísticas existentes e previstas e à integração metropolitana e ibérica da PS;
4. Executar a nova travessia Ferroviária no Tejo para o corredor Chelas-Barreiro (importante para a AML e para o país);
5. A Faculdade de Ciência e Tecnologia é um pólo de atracção de especialistas para (novas) áreas do conhecimento avançado;
6. Promover Montijo-Alcochete como ponto de apoio à investigação e produção de aquacultura e meios marinhos e estuarinos;
7. Aproveitar o *know-how* e mão-de-obra existentes na indústria automóvel;

8. Criar uma identidade de produto turístico como alternativa à margem Norte (Lisboa-Cascais-Sintra-Mafra);
9. Apoiar a produção agrícola com novos processos produtivos, mais rentáveis e menos poluentes.

2.2. Nível Regional/Metropolitano

A região de LVT é caracterizada como o motor de desenvolvimento do País. A Península de Setúbal apresenta condições para concorrer com a margem norte e assim complementar, fortalecer e diversificar o sistema da AML.

No novo quadro legal o PROT surge como um instrumento de vínculo contratual entre Administração Central e Local, com vista à necessária programação regional das intervenções supra-concelhias ou de importância supra-concelhia. A este nível deve definir-se o que é estruturante para a própria região no que se refere ao domínio ambiental (áreas protegidas e áreas defendidas), dos transportes (redes rodo e ferroviária; sistemas de transportes colectivos metropolitanos), redes gerais de infra-estruturas (abastecimento de água para consumo domiciliário/turístico, para a indústria e para a agricultura; redes de recolha e tratamento das águas residuais; redes de energia e telecomunicações; redes de recolha, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos e outros), (re)qualificação metropolitana (criação de situações que evitem a mono funcionalidade dos espaços).

O Ambiente e o Ordenamento formam, em conjunto, o "envelope" deste estudo se forem assumidos como factores de bem-estar e de oportunidade, atribuindo competitividade e atractividade à região. É preciso saber usar o espaço conseguindo proteger os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, preservar e valorizar as orlas costeiras e das paisagens, despoluir os estuários, os rios e as ribeiras, conservar a natureza e a biodiversidade.

A revalorização do meio rural tem, neste contexto, uma importância crescente, pois permite definir novas formas de criar oportunidades a partir do território e de repor equilíbrio das tensões metropolitanas. É preciso melhorar as condições materiais da habitação, nunca esquecendo a realidade crescente da procura de segunda habitação que deve ser controlada. A revitalização de actividades, patrimónios e culturas tradicionais é importante na promoção de uma identidade associada aos hábitos e costumes. Fortalecer o tecido produtivo local, criar novas oportunidades de emprego no turismo, nos serviços de proximidade e no artesanato também fortalecem o território no seu interior diminuindo a dependência dos pólos de emprego mais distantes. É preciso articular as aldeias e espaços rurais com os sistemas urbanos que lhes prestarão funções complementares.

A PS já é vítima de uma intervenção não planeada, o que não permite aproveitar todo o seu potencial de desenvolvimento que, do ponto de vista estratégico permita criar as desejadas complementaridades.

A edificação fora dos perímetros urbanos deve ser regrada através do estabelecimento de orientações bem claras para as grandes extensões florestais e agrícolas e para o processo de reconversão de áreas industriais.

A este nível referem-se os seguintes objectivos/medidas:

1. Consolidação da área logística de Coina (importância metropolitana);
2. MST é uma infra-estrutura indispensável à integração do arco ribeirinho;
3. Melhoria das acessibilidades internas, promoção de vias que sirvam os pólos urbanos e não só atravessem o território da Península de Setúbal;
4. Realização da Circular Regional Interior da Península de Setúbal;
5. Promoção e fortalecimento de uma rede urbana coesa e complementar;
6. Especialização funcional e requalificação dos aglomerados urbanos;

7. Melhorar a rede de equipamentos metropolitanos (saúde, ensino, desporto, cultura);
8. Consolidação de pólos de emprego; diminuição da dependência neste sector em relação à margem Norte;
9. Ensino mais profissionalizante em acordo com as entidades produtivas e empregadoras (potencial Turístico);
10. Estabilizar os perímetros, o regime de utilização e fiscalizar as Áreas Protegidas;
11. Criar o conceito de Áreas Defendidas: área florestal do interior da Península e Montados dos Concelhos de Montijo e Palmela;
12. Definição de Programas de Desenvolvimento para as áreas territoriais estratégicas incluindo as industriais a reconverter (Quimiparque e Lisnave)

2.3. Nível Municipal/Local

A qualidade do espaço urbano é cada vez mais uma exigência social e a gestão do território constitui um factor decisivo da competitividade das cidades, das empresas e das regiões. Existem bastantes exemplos na PS de desordenamento territorial e de desqualificação urbana. Resultado de uma ausência de políticas de conservação e falta de planeamento na forma como se produz espaço urbano, consumindo irracionalmente solos, criando espaços de vivência que acentuam as desigualdades sócio-territoriais. Esta realidade começou por ter origem na necessidade de colocar no mercado solo e habitações mais baratas e alternativas às da zona central da cidade de Lisboa. Esta tendência começa a alargar-se a tudo o que seja intervenção no território, seja para usos industriais, comerciais, logística e a segunda residência, não existindo concertação entre os vários agentes que têm capacidade para intervir no território. Assim operam-se transformações irreversíveis que implicam a perda de recursos agrícolas, patrimoniais, espaços rurais e valores ambientais; que são

exactamente os factores que podem representar uma "mais-valia" para o desenvolvimento durável da Península. A expectativa dos lucros "fáceis" gerados pela urbanização supera qualquer outra alternativa, que não passe pela intenção de densificar o mais possível, o que traz os bens conhecidos benefícios de curto prazo para os cofres das autarquias.

Sem uma política de solos não haverá planeamento e ordenamento consequentes, não tendo as autarquias possibilidade de estabelecer relações negociais com o sector privado que realmente queira urbanizar e construir, com vista à preservação de certas porções de território com valor ambiental ou para preservação das unidades rurais. É este aspecto que permite implementar uma forma correcta de gerir as mais valias e actuar sobre os especuladores do solo. Após criados esses espaços urbanos, muitas vezes transformam-se em espaços de conflito em vez de serem espaços de sociabilidade; a isto associa-se a falta de cultura urbana nos moradores aí residentes. O problema de uma intervenção não planeada tem efeitos negativos colaterais no campo ambiental, económico e sócio-cultural.

A Península apresenta ainda algumas zonas que se mantêm rurais, bastante deficitárias em infra-estruturas e equipamentos sociais básicos. O mesmo problema passa-se em áreas recentes de crescimento bastante rápido e descontrolado, onde se começam a observar fenómenos de marginalidade, violência e exclusão. Outro estigma da Península passa pela falta de orientações no processo de reconversão devido ao declínio de actividades tradicionais relacionadas com a agricultura tradicional, pesca artesanal ou com certos tipos de indústrias.

O maior problema ao nível do Ordenamento do Território passa por não ter existido uma certa articulação aquando da elaboração dos instrumentos de gestão do território, notando-se hoje um excesso de áreas urbanizáveis, o que gera dispersão da construção com maiores custos de infra-estruturação, comprometendo a função agrícola, ecológica e social de certos espaços. O problema da construção ilegal devido

a loteamentos clandestinos é bem patente na Península devido ao seu potencial para recreio e lazer, dada a sua proximidade a Lisboa.

A este nível referem-se os seguintes objectivos/medidas:

1. Harmonização dos regimes de uso do solo, de utilização das áreas de construção e de conservação urbana;
2. Harmonização dos regulamentos municipais de taxas e licenças;
3. Coordenação da renovação e expansão urbana, a nível intermunicipal, no respeito pelos limiares e limites máximos das capacidades dos espaços urbanos e urbanizáveis e dos níveis efectivos de procura.
4. Definição dos regimes urbanísticos para os novos usos do solo, normalmente em localizações isoladas: áreas de logística (micro e macro); parques de indústrias, armazenagem e serviços; parques de escritórios; parques temáticos; complexos turísticos.
5. Estabelecimento dos regimes de edificação fora dos perímetros urbanos, permitindo a implantação de soluções *ad hoc*, adequadas às especificidades de cada espaço territorial.
6. Definição de perímetros urbanos de baixa e de muito baixa densidade.
7. Criação de infra-estruturas de apoio à fruição dos estuários e da costa.
8. Preservação de elementos patrimoniais.

3. Vantagens e desvantagens

A capacidade de atingir os objectivos definidos com sucesso depende de um número de factores mais ou menos controláveis pelos municípios, que dependem do contexto geográfico, institucional, político, económico, financeiro e técnico em cada instante temporal.

Nesse sentido podemos identificar como condicionantes ou desvantagens e como vantagens para a obtenção dos objectivos o disposto no seguinte quadro:

Quadro VI.1 - Resumo

DESVANTAGENS	VANTAGENS
1. Inexistência ou deficit de medidas políticas e acções que visem os objectivos	1.Contributo global para uma integração territorial e funcional da PS e da própria AML
2. Descoordenação entre os municípios	2. Diminuição da dependência com a AML norte
3. Descoordenação entre a Administração Central e a Administração Local	3. Poupança e gestão racional dos recursos
4. Desadequação da oferta à procura (seja por excesso ou por defeito)	4. Possibilidade de gerar adequação ao mercado
5 Dificuldades na obtenção de financiamento para a realização de acções que visem os objectivos	5. Salvaguarda e valorização das áreas protegidas e das áreas defendidas
6. Desarticulação no tempo entre o necessário e o possível	6. Redução da mono funcionalidade de alguns centros urbanos

VII – QUESTÕES SOCIAIS E CULTURAIS

1. Definição dos objectivos gerais e específicos na área das questões sociais

A definição de objectivos específicos no âmbito da coesão social e no contexto de um Plano Estratégico Regional é um problema delicado e cheio de consequências na medida em que o planeamento estratégico tem estado fundamentalmente preocupado com a necessidade de aumentar a competitividade das regiões sem grande preocupação efectiva sobre os seus efeitos na coesão social. Assim, nem sempre têm estado disponíveis as concepções do desenvolvimento integrado, os instrumentos legislativos, as estruturas organizativas e os recursos para que os objectivos sociais tenham verdadeiro impacte nos Planos Estratégicos e, sobretudo, na sua concretização.

Logo, há que acautelar uma prática de planeamento estratégico que:

- desprivilegia as dimensões sociais e de impacte social das restantes medidas na análise dos problemas;
- utiliza o discurso sobre a coesão social como de marketing político, ficando para um segundo plano o esforço real de implantação das estratégias
- descola as dimensões da coesão social das restantes dimensões do desenvolvimento: económicas, socioculturais, ambientais, etc.
- gera expectativas em excesso, o que pode revelar-se frustrante e perder credibilidade;
- define os objectivos e propostas de forma demasiado fluida, as responsabilidades demasiado vagas e, frequentemente, não há formas de monitorização e avaliação da concretização do plano

Nesse sentido, orientam as propostas de objectivos para o Plano Estratégico de Setúbal as seguintes premissas:

- a pobreza e exclusão social são responsabilidades colectivas que colectivamente devem ser assumidas;
- as dimensões de coesão social são parte integrante dos processos de desenvolvimento e assim devem ser pensadas;
- a coesão social implica não apenas a luta contra a pobreza (desigualdade de rendimentos materiais) mas também a plena integração na vida social, económica, política e cultural, nomeadamente a garantia de acesso aos direitos mínimos de qualquer cidadão (alimentação, saúde, habitação, educação, etc.);
- a melhor política é a política preventiva que identifica os grupos de risco potenciais e intervém em função da génese dos problemas e não das suas evidências;
- na situação actual são precisos mais recursos mas, e sobretudo, rentabilizar os recursos existentes nomeadamente introduzindo formas de gestão modernas, responsabilizantes e inovadoras.

Considera-se que aos objectivos a propor devem estar associados programas operacionais, bem definidos e orçamentados que garantam a sua capacidade de execução futura.

Note-se, no entanto, que se entende que as medidas a propor no Plano estratégico dizem respeito às medidas estruturantes e não a toda uma panóplia de medidas de implantação e melhoria de serviços e equipamentos que decorre da normal evolução dos serviços.

1.1. Objectivos Gerais no âmbito da coesão social para o Plano Estratégico da Península de Setúbal

Consideram-se assim como Objectivos Gerais no âmbito da coesão social para o Plano Estratégico da Península de Setúbal os seguintes:

- Adequação das actividades e equipamentos às transformações socio-demográficas em curso e aos novos problemas sociais
- Reforço dos equipamentos colectivos passando para uma segunda geração de necessidades
- Combate directo e inovador às formas de exclusão social mais gritantes
- Implementação de novas formas de gestão regional e reforço de identidades regionais positivas.

1.2. Objectivos Específicos no âmbito da Acção Social para o Plano Estratégico da Península de Setúbal

i.) Acção Social: do Diagnóstico à definição dos Objectivos Específicos

Se algo mudou na sociedade actual foi, sem dúvida, a forma como se apresenta a questão social. A maioria das estruturas da civilização industrial está em mudança, a começar pela organização do trabalho, mas estas novas formas de organização do trabalho e a mundialização da economia não são necessariamente, e para todos os cidadãos, condição suficiente para integração social. O social e o económico não são mais dissociáveis e esta imbricação está hoje no centro de todas as políticas sociais.

Os serviços e instituições com trabalho na acção social são aqueles que, de forma mais rápida, vão sofrendo os efeitos da deterioração das interacções sociais pois têm como clientelas privilegiadas as populações pobres e em situação de exclusão social. Talvez por isso, estas instituições e serviços têm estado sujeitas a enormes pressões de mudança com efeitos paradoxais de modernização e de confusão de

competências e de formas de fazer. O diagnóstico realizado de forma participada reflectiu sobre esse paradoxo de agir a jusante face a situações que são produzidas a montante noutros contextos (do emprego, por exemplo) e situava como principais elementos de reflexão necessidades, quer ao nível das formas de fazer, quer da melhoria de equipamentos e serviços:

Diagnóstico ao nível do equipamento da acção social

POTENCIALIDADES

- Fortes redes sociais e associativas com tradição de trabalho em parceria;
- Grande dinamismo autárquico pese embora alguma debilidade nas formas de definição e liderança das "políticas locais"
- Dinamismos locais acentuados e multiculturais
- Razoável rede de equipamentos sociais, largamente de gestão privada de solidariedade social
- Existência de redes de informações de solidariedade

VULNERABILIDADES

Contexto

- Instabilidade do mercado de trabalho
- Envelhecimento demográfico
- Enfraquecimento dos laços sociais

Equipamentos

- Insuficiência dos equipamentos destinados aos novos problemas sociais
- Reduzidos equipamentos de apoio aos idosos e primeira infância
- Insuficiente apoio e avaliação da qualidade dos serviços prestados pelas instituições

Pessoal

- Insuficiência quantitativa e qualitativa de pessoal
- Necessidade de maior interdisciplinaridade e de "cultura de projecto"

Gestão

- Dificuldades na definição de "políticas sociais locais" e de uma visão estratégica e prospectiva

- Dificuldade na implementação de políticas mais horizontais e de parceria devido à burocratização dos serviços e não descentralização das competências
- conservadorismo nas formas de gestão e de participação na maioria dos equipamentos e serviços, públicos ou de solidariedade social

Alguns dos **princípios estratégicos** que se consideram poder orientar a intervenção ao nível da acção passam por:

- Articular com maior sintonia as iniciativas públicas e privadas de forma a rentabilizar os equipamentos existentes,
- Intervir sempre que possível no âmbito de políticas regionais integradas (segurança social, saúde, educação, formação, etc.);
- Basear a intervenção num conhecimento científico dos problemas e avaliar os resultados das intervenções de forma sistemática

E é com base no diagnóstico e nestes princípios que se propõem como **objectivos específicos** para a acção social os seguintes:

- Estruturação de políticas integradas regionais de acção social através da criação de um Grupo de Intervenção Permanente de Acção Social;
- Alargamento dos equipamentos e serviços de apoio a idosos, pessoas dependentes e primeira infância;
- Prioridade na intervenção a zonas de forte marginalidade e exclusão social
- Prioridade à infância e juventude e a políticas de apoio à inserção familiar dos grupos etários mais jovens
- Diversificação e inovação do tipo de equipamentos adaptando-o às necessidades actuais

ii) Educação e Formação: do Diagnóstico à definição dos Objectivos Específicos

As questões da Educação e Formação profissional estão hoje no centro das discussões sobre o desenvolvimento na medida em que se reconhece que a capacidade de sobrevivência dos territórios locais depende, em larga medida, da capacidade em fixar empresas de Investigação & Desenvolvimento que estão no centro da modernização dos sistemas produtivos.

A Península de Setúbal, apesar de apresentar um nível razoável de redes de equipamentos de educação e formação profissional, apresenta graves carências a este nível e, sobretudo, detém níveis de habilitações muito reduzidas.

O diagnóstico permitiu detectar as seguintes potencialidades e carências:

POTENCIALIDADES

- Uma rede razoável de escolas pese embora ainda a existência de escolas funcionando em pavilhões pré-fabricados e dificuldades na adaptação de algumas
- Início de estabilização do corpo docente
- Existência de projectos inovadores de grande resultado
- Existência regional de Escolas Politécnicas e de ensino superior dinâmico
- Existência de centros de qualidade de formação de professores

VULNERABILIDADES

Ao nível dos equipamentos

- Necessidade de alargamento e melhoria da rede de escolas pré-escolar, de 3º ciclo e secundário
- Criação de equipamentos de fronteira entre o ensino escolar e profissional e reforço das escolas profissionais
- Necessidade de fomento de escolas mais activas, participativas e autónomas
- Desenvolvimento do ensino superior politécnico e universitário

Ao nível do pessoal

- Dificuldades na sedentarização dos docentes

- Falta de pessoal auxiliar de acção educativa e de técnicos especializados
- Fracos incentivos e apoios aos professores com práticas inovadoras
- Deficiente apoio às escolas de formação de professores
- Necessidade de formação de lideranças educativas locais

Ao nível das formas de gestão

- Dificuldades na definição clara de "políticas educativas locais"
- Necessidade de aprofundamento das componentes regionais do sistema educativo
- Dificuldades na identificação e definição de estratégias específicas face a zonas-problema e grupos socioculturais de grande insucesso
- Dificuldades no aprofundamento da relação de parceria
- Necessidade de formação de lideranças educativas locais

Alguns dos **princípios estratégicos** que se consideram poder orientar a intervenção ao nível da educação passam por:

- necessidade de pensar integradamente os vários níveis de ensino (do pré-escolar ao ensino superior e incluindo a educação ao longo da vida)
- articular, sempre que possível, o ensino, a formação qualificante e a integração profissional
- manter actualizado o conhecimento da situação da educação na península de forma detectar as "áreas problema" e as zonas que necessitam de intervenção prioritária.

É com base no diagnóstico e nestes princípios que se propõem como **objectivos específicos** para a educação os seguintes:

- melhoria da rede de instituições de ensino nomeadamente ao nível do ensino pré-escolar e secundário

- apoio ao desenvolvimento e criação de escolas profissionais e das suas interfaces com o ensino regular e empresas;
- apoio à formação de professores e criação de um sistema de incentivos para projectos inovadores
- elaboração de programas para apoio pedagógico para zonas de exclusão e crianças e jovens absentistas ou com forte insucesso
- fomento de instâncias de reflexão e acção, entre as várias estruturas intervenientes nos ”sistemas locais de educação”, nomeadamente, autarquias, as várias estruturas dos serviços centrais e regionais da educação, desporto, juventude, formação profissional e emprego

iii) Cultura: do Diagnóstico à definição dos Objectivos Específicos

A importância da intervenção ao nível da cultura e dos equipamentos culturais é um elemento essencial de reflexão de um povo sobre si próprio, de criação de espírito de identidade colectiva e de afirmação das capacidades integrais de cada um. O pensamento do sujeito como simples instrumento de trabalho, “coisificado” face à esfera produtiva só poderá tornar-se realidade se as outras dimensões “antroponómicas” não tiverem espaço de expressão e de fruição.

De algum modo, as autarquias da Península têm consciência da necessidade de apoio às formas de expressão cultural local e a necessidade de fomentar o acesso aos bens culturais mais distantes desenvolvendo este tipo de actividades que têm hoje um significativo impacte nos orçamentos autárquicos. No entanto, um acentuado municipalismo e o deficit de projecto metropolitano, têm vindo a dificultar uma intervenção integrada e uma visibilidade do que vai sendo feito, diminuindo o seu impacte não apenas internamente à sub-região mas ao nível da área metropolitana.

A análise da intervenção cultural na Península de Setúbal veio reforçar a constatação do grande investimento que autarquias e colectividades locais têm vindo a

desenvolver neste campo, numa grande diversidade de formas de expressão cultural que passam não apenas por uma grande variedade de políticas culturais, mas também pelo suporte a formas de "produção cultural local". Essa análise evidenciou potencialidades mas também vulnerabilidades.

POTENCIALIDADES

Contexto

- Aumento e diversificação da procura
- Acontecimentos nacionais promotores de recursos e oportunidades (Expo, Porto2001)
- Diversidade paisagística e ecológica
- Património arqueológico e arquitectónico
- Grande diversidade de manifestações culturais municipais

Equipamentos e Pessoal

- Interesse e investimento autárquico nas áreas da cultura e lazer
- Actividades diversificadas regionais neste âmbito
- Existência de um corpo de técnicos nas autarquias mobilizados para este tipo de actividades
- Existência de um tecido associativo alargado, com actividades diversificadas nas áreas do património, cultura, desporto e lazer
- Rápido desenvolvimento de uma rede de equipamentos mínimos municipais, nomeadamente bibliotecas

VULNERABILIDADES

Contexto

- Não competitividade ou visibilidade dos equipamentos locais no contexto metropolitano
- Duplicação de esforços nos mesmos equipamentos
- Inexistência de uma "política regional" de desenvolvimento de cultura

Equipamentos

- Deficit de equipamentos e de actividades culturais de visibilidade metropolitana

- Deficiente difusão espacial dos equipamento e desigualdades nas oportunidades criados nos diferentes espaços municipais.

Pessoal

- Necessidade de fomentar a qualificação dos recursos humanos com intervenção na organização e gestão das actividades culturais
- Necessidade de favorecer, animar e respeitar as formas locais e tradicionais de expressão cultural
- Articulação entre as iniciativas autárquicas e as da "sociedade civil"

Gestão

- Necessidade de repensar as estratégias de actuação autárquica: a montante na concertação intra municipal e a jusante na relação entre a actividade camarária e a actividade da "sociedade civil"

Alguns dos **princípios estratégicos** que se consideram poder orientar a intervenção cultural local passam por:

- Equilibrar as intervenções de curto prazo e de efeito imediato com intervenções de médio e longo alcance, nomeadamente através da formação de artistas locais e de escolas de formação artísticas;
- Não privilegiar qualquer área ou forma de expressão cultural de modo a adequar a oferta à grande diversidade de gostos e manifestações culturais;
- Fazer ofertas culturais de qualidade que tenham funções pedagógicas e que gerem novas (outras) procuras

Nesse sentido, estabeleceram-se como **objectivos específicos** para esta área temática:

- Promover a imagem da Península de Setúbal como uma área culturalmente dinâmica e diversificada através da criação articulada de equipamentos regionais de ensino de artes e de lazer

- Apoiar a criação de instâncias regionais de discussão e divulgação das actividades culturais locais, regionais e nacionais que, de forma organizada, promovam a imagem cultural da Península.
- Divulgar com visibilidade, organização lógica e científica as formas de expressão cultural local e o património natural, arqueológico, arquitectónico e sociocultural local
- Apoiar o movimento associativo, nomeadamente na oferta de novas formas de expressão e produção cultural

iv) Desporto: do Diagnóstico à definição dos Objectivos Específicos

O desporto, para além da saúde e bem-estar físico que promove, tem ainda funções de treino de normas de vida colectiva e de respeito pelas regras, bem como de desenvolvimento da tolerância e do espírito desportivo. Nesse sentido, e embora não haja relações lineares entre a prática desportiva e a inserção social, o desporto é simultaneamente uma escola da democracia e um factor de reforço das formas saudáveis de vida em sociedade.

O diagnóstico realizado da situação do desporto na Península de Setúbal permitiu ressaltar o grande avanço em iniciativas e equipamentos desportivos que se têm vindo a desenvolver, em larga medida fruto do trabalho autárquico. Evidenciou também alguma dificuldade na conciliação entre os equipamentos descentralizados, de forte apropriação quotidiana e uma oferta mais competitiva e de equipamentos de maior alcance. Também a este nível alguma emulação autárquica pode prejudicar um planeamento racional e equilibrado dos equipamentos de maior custo de construção e de manutenção.

A este esforço autárquico tem respondido uma população cada vez mais exigente, quer no tipo de procura quer na qualidade dessa procura. Emergem assim novos públicos mais exigentes, com procura de actividades desportivas e de lazer de maior proximidade da natureza, não competitivos e de “aventura”.

POTENCIALIDADES

Equipamentos e Pessoal

- Interesse e investimento autárquico nas áreas do desporto
- Actividades diversificadas regionais neste âmbito
- Existência de um corpo de técnicos nas autarquias mobilizados para este tipo de actividades,
- Existência de um tecido associativo alargado, com actividades diversificadas nas áreas do desporto e lazer;
- Rápido desenvolvimento de uma rede de equipamentos municipais tais como piscinas, polidesportivos, pistas, etc.

VULNERABILIDADES

Contexto

- Não competitividade ou visibilidade dos equipamentos locais no contexto metropolitano
- Duplicação de esforços e investimentos nos mesmos equipamentos
- Inexistência de uma "política regional" de desenvolvimento do desporto

Equipamentos

- Dificuldades de articulação entre as iniciativas camarárias e rentabilização intermunicipal de alguns dos equipamentos
- Deficiente difusão espacial dos equipamento e desigualdades nas oportunidades criadas nos diferentes espaços municipais.

Pessoal

- Necessidade de fomentar a qualificação dos recursos humanos com intervenção na organização e gestão das actividades desportivas
- Necessidade de favorecer, animar e respeitar as formas locais e tradicionais de expressão desportiva e de lazer
- Necessidades de articulação entre as iniciativas autárquicas e as da "sociedade civil"

Gestão

- Necessidade de repensar as estratégias de actuação autárquica: a montante na concertação intra municipal e a jusante na relação entre a actividade camarária e a actividade da "sociedade civil"

- Melhor entrosamento entre os equipamentos a criar, as escolas e o meio urbano através de um processo de cuidadoso planeamento urbano.

Alguns dos **princípios estratégicos** que se consideram poder orientar a intervenção ao nível desportivo passam por:

- Equilibrar as intervenções de curto prazo e de efeito imediato com intervenções de médio e longo alcance;
- Sempre que possível, articular as políticas de fomento do desporto com os equipamentos escolares;
- Fomentar a oferta de actividades físicas e desportivas de âmbito local a praticantes não federados, isto é para a população em geral;
- Não privilegiar qualquer área ou forma de expressão desportiva de modo a adequar a oferta à grande diversidade de gostos e manifestações desportivas;
- Fazer ofertas de qualidade que tenham funções pedagógicas e que gerem novas (outras) procuras;
- Privilegiar uma relação de parceria entre as iniciativas públicas e as do tecido associativo local

Nesse sentido, estabeleceram-se como **objectivos específicos** para esta área temática:

- Priorizar a oferta desportiva alargada aumentando a qualidade, quantidade e diversidade actualmente existente, aumentando a população com práticas desportivas nomeadamente entre os jovens e mulheres
- Garantir a prática desportiva escolar no ensino – do pré-escolar ao secundário – em espaços apropriados

- Articular as políticas desportivas regionais através de Plano Desportivo Regional de médio prazo de articulação inter-municipal e com a participação do associativismo local;
- Qualificar os recursos humanos, nomeadamente, direcções desportivas e pessoal de enquadramento nas várias modalidades;
- Melhorar a rentabilização (social e económica) dos equipamentos desportivos públicos, nomeadamente através do incremento da coordenação inter-municipal.

v) Saúde: do Diagnóstico à definição dos Objectivos Específicos

O acesso aos cuidados de saúde é hoje parte integrante dos direitos dos cidadãos e por ele pode ser em larga medida analisada a qualidade de vida de uma população. Mas é também a existência de um parque de equipamentos e serviços de saúde locais que permite uma maior autonomia e a afirmação concreta dos níveis de desenvolvimento de um território.

A análise da situação da Saúde na Península de Setúbal, apesar das dificuldades de informação, permitiu detectar as dificuldades de um sector ainda largamente disperso e desarticulado nas suas várias componentes, com um insuficiente diagnóstico integrado e a inexistência de formas de gestão integradas territorialmente. A estas dificuldades não são alheias as faltas de pessoal médico e paramédico, bem como as deficientes (e até inexistentes) instalações e cuidados para os "novos problemas de saúde" (toxicodependência, sida, idosos, acamados, etc.)

De forma sintética, o diagnóstico ao nível da Saúde permitiu verificar como potencialidades e vulnerabilidades, o seguinte:

POTENCIALIDADES

Contexto

- Melhoria da qualidade de vida local
- Sinergias de parcerias existentes e de bons resultados de projectos comuns

Equipamentos e Pessoal

- Boa qualidade da rede hospitalar e razoável ao nível dos centros e extensões de saúde
- Escola de Saúde Pública
- Proximidade de Lisboa
- Boas relações entre administradores das várias unidades de saúde

VULNERABILIDADES

Contexto

- Desqualificação territorial
- Envelhecimento demográfico
- Não estabilização das políticas de saúde

Equipamentos

- Desarticulação entre os equipamentos e a rede urbana
- Deficientes condições físicas das instalações existentes
- Debilidades de presença ou de descentralização de equipamentos específicos: toxicomanias, sida, doenças mentais, etc.

Pessoal

- Insuficiente cobertura ao nível de especialidades médicas e dependência de Lisboa de outras
- Insuficiência de pessoal de enfermagem e auxiliar de saúde

Gestão

- Cultura organizacional corporativa
- Ausência de diagnóstico e reflexão prospectiva para a definição de uma política local de saúde passível de contratualização consensual
- Ausência de uma gestão integrada por subáreas de saúde – Almada, Barreiro, Setúbal – que integre todas as valências

A intervenção ao nível da saúde na Península de Setúbal deverá ser orientada pelos seguintes **princípios:**

- Rentabilizar (social e economicamente) os serviços existentes, articulando-os e tendo uma actuação planeada e avaliada

- Reforçar os mecanismos de gestão integrada do sistema
- Privilegiar os trabalhos de interface com outras políticas sociais;

Alguns dos **objectivos específicos** que se consideram poder orientar a intervenção ao nível da saúde passam por:

- Modernização das formas de gestão integrada, nomeadamente através do apoio à gestão integrada das áreas de saúde de Almada, Barreiro e Setúbal, integrando todas as valências;
- Apoio à instalação da escola de saúde e a um ensino qualificado acima da média
- Reforço dos serviços de retaguarda para idosos e doentes terminais
- Reforço das estruturas de tratamento das toxicodependências

2. Grelha síntese de objectivos no âmbito da coesão social

2.1. Objectivos Gerais no âmbito da coesão social:

- Adequação das actividades e equipamentos sociais, culturais e desportivos às transformações socio-demográficas em curso e aos novos problemas sociais
- Reforço dos equipamentos colectivos passando para uma segunda geração de necessidades
- Combate directo e inovador às formas de exclusão social mais gritantes
- Implementação de novas formas de gestão regional e reforço de identidades regionais positivas.

2.2. Objectivos Específicos por área temática:

Área temática	Objectivos específicos
Acção Social	Estruturação de políticas integradas regionais de acção social através da criação de um Grupo de Intervenção Permanente de Acção Social; Alargamento dos equipamentos e serviços de apoio a idosos, pessoas dependentes e primeira infância; Dar prioridade na intervenção a zonas de forte marginalidade e exclusão social Dar prioridade à infância e juventude e a políticas de apoio à inserção familiar dos grupos etários mais jovens Diversificar e inovar o tipo de equipamentos adaptando-o às necessidades actuais
Educação	Melhorar a rede de instituições de ensino nomeadamente ao nível do ensino pré-escolar e secundário Apoiar o desenvolvimento e criação de escolas profissionais e das suas interfaces com o ensino regular e empresas Apoiar a formação de professores e criação de um sistema de incentivos para pro-jectos inovadores Elaborar programas para apoio pedagógico para zonas de exclusão e crianças e jovens absentistas ou com forte insucesso Fomentar instâncias de reflexão e acção, entre as várias estruturas intervenientes nos "sistemas locais de educação", nomeadamente, autarquias, as várias estruturas dos serviços centrais e regionais da educação, desporto, juventude, formação profissional e emprego
Cultura	Promover a imagem da Península de Setúbal como uma área culturalmente dinâmica e diversificada através da criação articulada de equipamentos regionais de ensino de artes e de lazer Apoiar a criação de instâncias regionais de discussão e divulgação das actividades culturais locais, regionais e nacionais que, de forma organizada, promovam a imagem cultura da Península. Divulgar com visibilidade, organização lógica e científica as formas de expressão cultural e o património natural, arqueológico, arquitectónico e sociocultural local Apoiar o movimento associativo, nomeadamente na oferta de novas formas de expressão e produção cultural
Desporto	Priorizar a oferta desportiva alargada aumentando a qualidade, quantidade e diversidade actualmente existente aumentando a população com práticas desportivas nomeadamente entre os jovens e mulheres Garantir um maior envolvimento da administração central na criação de uma relação efectiva entre desporto e escolas (prática desportiva escolar no ensino – do pré-escolar ao secundário – em espaços apropriados) Articular as políticas desportivas regionais através de Plano Desportivo Regional de médio prazo, de articulação inter-municipal e com a participação do associativismo local; Qualificar os recursos humanos, nomeadamente, direcções desportivas e pessoal de enquadramento nas várias modalidades; Melhorar a rentabilização (social e económica) dos equipamentos desportivos públicos, nomeadamente através do incremento da coordenação inter-municipal;
Saúde	Modernização das formas de gestão integrada nomeadamente através do apoio à gestão integrada das áreas de saúde de Almada, Barreiro e Setúbal integrando todas as valências; Apoio à instalação da escola de saúde e a um ensino qualificado acima da média Reforço dos serviços de retaguarda para idosos e doentes terminais Reforço das estruturas de tratamento das toxicodependências